

Médico Ben Thomson relata atrocidades

Fascista Netanyahu

fez 212 bombardeios

a hospitais em Gaza

Barbárie israelense está chegando "a um ponto sem retorno", alertou

Estamos chegando a um ponto sem retorno" no desrespeito flagrante, por Israel, às leis do Direito Humanitário Internacional, denunciou o médico canadense Ben Thomson, ao relatar a barbárie em curso em Gaza, especialmente os bom-

bardeios a hospitais, ambulâncias e profissionais da saúde. Thomson, da União de Organizações de Assistência Médica e Socorro (UOSSM) do Canadá, que bem o sistema hospitalar palestino, traçou uma dramática síntese da escala desse morticínio e devastação, durante entrevista em Vancouver. **P. 7**



HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.936 20 a 26 de Dezembro de 2023



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Reprodução



Brasil perde Carlos Lyra

O cantor e compositor Carlos Lyra, um dos principais nomes da Bossa Nova e parceiro de Vinícius de Moraes, morreu na madrugada do sábado (16), no Rio de Janeiro, aos 90 anos. Autor de sucessos como 'Coisa mais linda', 'Minha namorada', 'Primavera', 'Sabe você' e 'Você e eu', Carlos Lyra era um dos melodistas mais inspirados da música brasileira em todos os tempos. **Pág. 4**

Iedi: Sob juroos altos, economia segue em queda no 4º trimestre



Lula anuncia a criação de 100 novos Institutos Federais

O presidente Lula participou na quinta-feira (14) no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, da abertura da 4ª Conferência Nacional de Juventude e anunciou para um auditório

lotado a criação de uma centena de institutos federais. "No meu mandato, vamos fazer mais 100 institutos para a juventude", afirmou o presidente. Lula conclamou a juventude a ir para os bair-

ros, as periferias e favelas para discutir o fortalecimento do Brasil. "Vamos ajudar os jovens a serem politizados. A deixarem de ser manipulados com mentiras e a cultura do ódio", disse Lula. **Pág. 3**

O IEDI avalia que o "último quarto do ano teve início prolongando o quadro de desaceleração do PIB verificado no terceiro trimestre de 2023" – época em que o PIB (a soma dos bens e serviços finais produzidos no país) variou em alta de 0,1%, em comparação com

o segundo trimestre (1%). No primeiro trimestre, a economia havia crescido 1,4%. Em outubro ante o mês imediatamente anterior, o faturamento real dos serviços recuou -0,6%, as vendas do comércio registraram queda de -0,2% e a produção industrial variou 0,1%. **Pág. 2**

"Tarcísio cometeu aberrações jurídicas na obsessão de privatizar a Sabesp", afirma Orlando Silva

"Quando a esperteza é demais, acaba engolindo o esparto. O governador Tarcísio está tão obcecado em entregar a Sabesp que cometeu aberrações jurídicas no processo. O resultado? Vai ser anulado na

justiça", afirmou o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP). A PGR destacou que é inconstitucional o decreto de Tarcísio permitindo alteração unilateral de contratos da Sabesp com municípios. **Pág. 3**

Mensagem do Exército de fim de ano exalta "soldado preocupado com as coisas de soldado"

"Cada soldado preocupado com as coisas de soldado, vai continuar desempenhando seu dever para que possamos cumprir nossa missão constitucional de defender a Pátria", afirmou o comandante do Exército,

general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, em mensagem de final de ano, que exalta o combate ao crime organizado e a defesa da Amazônia. Bolsosaristas atacaram o comandante e o Exército pela mensagem. **Página 3**

Prova que faltava para implicar Bolsonaro por golpe é recuperada

Site capturou e salvou conteúdo que a Meta (dona do Facebook) disse ao STF não ter mais em seus servidores.

Metamemo capturou o post de modo automatizado enquanto esse ainda estava na conta de Bolsonaro. **Página 3**

Papa chama de terrorismo morte por Israel de 2 cristãs

Banco Central sabota o Brasil e mantém os juros reais nas alturas

O Banco Central, através do Comitê de Política Monetária (Copom), reduziu nesta quarta-feira (13) em apenas 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), de 12,25% para 11,75% ao ano. Assim, o juro real segue elevado no Brasil e entre os maiores do mundo, afrontando a sociedade e o governo que clamam por uma aceleração na queda do juro.

Em nota divulgada após a decisão do BC, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que “mesmo com as reduções na Selic em agosto, setembro e novembro, a taxa de juros real – que desconsidera os efeitos da inflação – está em 8% ao ano. Ou seja, 3,5 pontos percentuais acima da taxa de juros neutra, que não estimula nem desestimula a atividade econômica”.

“O cenário de controle da inflação justifica plenamente a redução da Selic em ritmo mais acelerado”, defendeu Ricardo Alban, presidente da CNI. “É preciso – e possível – mais agressividade para que ocorra uma redução mais significativa do custo financeiro suportado por empresas e consumidores”, ressaltou. De janeiro e outubro de 2023, as concessões de crédito às empresas caíram 5,6% em termos reais em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo a CNI.

Para a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, o “Banco Central de Roberto Campos Neto termina o ano como começou: impondo ao país as maiores taxas de juros do planeta, atrasando a retomada do crédito, do investimento e do crescimento do país. Nada justifica que o Copom tenha demorado tanto para começar a reduzir os juros e que o faça num ritmo de conta-gotas, como foi decidido hoje”.

A lerdice do BC em acelerar os cortes na taxa Selic se mantém mesmo com a inflação brasileira sob controle – conforme os dados mais recentes do IPCA – e com a economia desacelerando, como apontou o resultado do Produto Interno Bruto do terceiro trimestre, que ficou estagnado, variando apenas 0,1%, em comparação com o segundo trimestre (1%). No primeiro trimestre, a economia cresceu 1,4%, graças a supersafra agropecuária.

Os juros elevados derrubaram os investimentos em menos 2,5% no terceiro trimestre. Assim, a Indústria geral cresceu apenas 0,6% ancorada pelo fraco desempenho da indústria de transformação (+0,1%) e na forte perda de dinamismo do setor de Construção (-3,8%). Já o volume de serviços prestados no país obteve um crescimento de 0,6%, com o comércio (+0,3%) também demonstrando baixo avanço em suas atividades.

Para o presidente da CNI, a taxa de juros real em 8% ao ano “deixa claro o quão contracionista tem sido a política monetária brasileira e que o patamar da Selic ainda é excessivo para o quadro de inflação corrente, assim como para a perspectiva de inflação futura, prejudicando o mercado de crédito e a atividade econômica”.

Vendas do comércio patinam desde fevereiro

O desempenho das vendas do comércio varejista em outubro foi pior do que previam as pesquisas, registrando queda de -0,3% ante setembro, apontam os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira (13). Na comparação com outubro de 2022, houve ligeira alta de 0,2% nas vendas.

Uma das principais contribuições para a queda no volume de vendas no mês veio do setor de Hiper, supermercados e produtos alimentícios, com queda de -0,8%. Cinco das oito atividades pesquisadas ficaram no vermelho, com quedas importantes nos setores de Tecidos, vestuário de calçados (-1,9%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-5,7%), Combustíveis e Lubrificantes (-0,7%)

e Móveis e Eletrodomésticos (-0,1%).

Houve alta no volume de vendas de Livros, jornais, revistas e papeleria (2,8%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,2%).

Cristiano Santos, gerente da pesquisa do IBGE, comentou que as variações estão muito próximas de zero desde fevereiro. O consumo ainda sem força é um reflexo do nível de endividamento das famílias e dos juros altos.

Em janeiro, o comércio varejista restrito cresceu 3,9%, após cair -2,9 em dezembro de 2022. Os resultados seguintes foram: fevereiro (-0,1%), março (0,7%), abril (0,0%), maio (-0,6%), junho (0,2%), julho (0,7%), agosto (-0,1%), setembro (0,5%) e outubro (-0,3%).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Súrcuisais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP: 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Economia segue desacelerando no quarto trimestre, aponta Iedi



Luciana Santos, no centro da mesa, ministra da Ciência e Tecnologia, recebeu o prêmio Valorização Profissional concedido pelos engenheiros

“Brasil precisa crescer, sem choque ou ajuste fiscal”, defende Eliseu Gabriel

“O poder público tem que ser fortalecido, tem que ter investimento público para que esse país ande”, destacou o vereador do PSB durante a 37ª edição do Prêmio Personalidade da Tecnologia, do Sindicato dos Engenheiros/SP

Na última segunda-feira (11), transcorreu a 37ª edição do Prêmio Personalidade da Tecnologia, realizado pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP). A categoria realiza o evento e homenageia grandes personalidades da área em uma data que celebra a comemoração ao Dia do Engenheiro.

Durante a apresentação do evento, o presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura e Engenharia de São Paulo, vereador Eliseu Gabriel (PSB), lembrou que é preciso garantir que o país volte a crescer, sem “terapias de choque ou ajuste fiscal”.

“Não é possível o Brasil andar tão para trás durante tantos anos, como foi nos últimos tempos. O Brasil da década de 30 até a década de 80 foi o país que mais cresceu no mundo. Nosso país era a China naquele tempo. Nós crescíamos a 10, 12%. É impressionante o que o Brasil cresceu. De repente, resolveu fazer a tal da ‘terapia de choque’, ‘ajuste fiscal’ e não sei o quê, nós começamos

esse pique abaixo e até hoje não resolvemos isso. Nós não conseguimos entender. O Estado, o poder público tem que ser fortalecido, tem que ter investimento público para que esse país ande”, disse.

Eliseu lembrou que São Paulo teve muitos investimentos para se tornar a grande potência que é e que é preciso retomar esse investimento.

“A cidade de São Paulo, por exemplo, eu lembro de quando eu era garoto, ouvia no rádio assim: Agora vamos ao grande Jornal Falado Tupi em São Paulo, a cidade que mais cresce no mundo. Só se falava isso. E era mesmo, porque tinha investimento público em infraestrutura. São Paulo não era nada, virou o que virou com investimento público, infraestrutura e engenharia. Hoje, existe a necessidade de que se a gente parar com essa história de terapia de choque e fazer as coisas andarem, é preciso pegar o dinheiro público e fazer investimentos para que o país cresça, para que se possa gerar empregos

e para que as pessoas sejam mais felizes”, continuou.

“Eu vejo o esforço que o Sindicato dos Engenheiros faz em várias atividades como o Cresce Brasil, entre outras, mas o que impede? A política impede. Nós temos bons engenheiros? Creio que o Brasil tem os melhores engenheiros do mundo provavelmente, grandes engenheiros, grandes arquitetos, grandes gestores, grandes médicos, grandes professores em todos os sentidos. Mas no entanto a política não deixa a coisa andar, pois o que decide? É a política, a política econômica, é isso que amarrou o Brasil. Esperamos que o país cresça, que evolua e consiga romper essas amarras e se desenvolver ainda mais. E o SEESP, que tem esse papel tão importante, que consiga realizar seu objetivo que é fazer o Brasil voltar a crescer”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/e-preciso-garantir-que-o-pais-volte-a-crescer-sem-terapia-de-choque-ou-ajuste-fiscal-defende-eliseu-gabriel-nos-engenheiros-de-sp/>

Congresso derruba vetos de Lula para manter sociedade à míngua e banqueiros rindo à toa

O Congresso Nacional derrubou um veto do presidente Lula ao trecho do arcabouço fiscal que abria espaço para flexibilizações no cálculo da meta fiscal. A iniciativa foi tomada na quinta (14) e significa um maior engessamento do Poder Executivo para tomar decisões sobre as prioridades da gestão do orçamento Geral da União.

Atualmente, cerca de metade do Orçamento Geral da União é usado para pagar juros e amortizações da dívida pública. Não por outro motivo, os bancos estão obtendo lucros recordes há bastante tempo. Ou seja, os vetos aumentam o rigor; que é total, sobre o orçamento que é dirigido às despesas com a sociedade, ou melhor, despesas com a Saúde, a Educação, a Segurança Pública, os investimentos em infraestrutura, etc. Já as despesas financeiras, aquelas que este ano vão chegar a 800 bilhões de reais só com o pagamento de juros, continuam completamente descontroladas. Essas, sim, são a verdadeira ganstância que deveria ser controlada e reduzida, mas não é.

De acordo com o texto restabelecido pelos parlamentares, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) “não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias” da apura-

ção da meta de resultado dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. O artigo faz questão de deixar bem claro que ele está falando da despesa primária – que é uma malandragem – criada para poder deixar os gastos financeiros livres leves e soltos.

Segundo técnicos do Congresso, o dispositivo veda a possibilidade de deduzir operações como as do chamado “encontro de contas” com precatórios, que estiveram presentes nas últimas LDOs e poderiam ser vantajosas para a União. Com dispositivo mantido no arcabouço fiscal, a gestão federal fica proibida de excluir determinados gastos ao calcular se alcançou a meta.

O encontro de contas prevê a troca de um valor de dívida judicial a ser pago pela União pelo montante a ser pago por agentes privados ao Tesouro Nacional (como outorgas em concessões de infraestrutura, por exemplo). De acordo com a LDO de 2023, por exemplo, esse valor não é contabilizado na meta de resultado primário – para os próximos anos, o dispositivo não pode mais existir.

O engessamento é tão grande que, com o fim do teto de gastos, instituído por Michel Temer, o governo atual, só para se ter uma ideia, teria que cumprir, já este ano, a determinação

constitucional sobre os pisos da Saúde e Educação. Espremido pelo fiscalismo extremado, o governo solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) que dispensasse o Planalto de cumprir neste ano a determinação constitucional. Com isso, quem saiu perdendo foi a sociedade.

Lula também vetou outro trecho do arcabouço, invalidando o dispositivo que dizia que “na hipótese de limitação de empenho e pagamento de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de (Lei de Responsabilidade Fiscal), as despesas de investimentos, no âmbito do Poder Executivo federal, poderão ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias”. O Congresso não anulou esta decisão.

Em outra frente, o governo havia articulado na proposta de LDO de 2024, ainda em tramitação no Congresso, a previsão de excluir R\$ 5 bilhões do resultado de estatais. De acordo com consultores parlamentares, essa medida poderia garantir um maior investimento do governo, que está num dos níveis mais baixos da história. É possível que ela seja mantida mesmo com a mudança no arcabouço – por não se encaixar nos orçamentos Fiscal ou da Seguridade.

Em outubro, frente a setembro, o volume de serviços recuou -0,6%, as vendas do comércio registraram queda de -0,2% e a produção industrial variou apenas 0,1%

Em desaceleração desde o segundo trimestre, a atividade econômica brasileira seguiu sem ânimo no início do quarto trimestre deste ano.

Em outubro ante o mês imediatamente anterior, o faturamento real dos serviços recuou -0,6%, as vendas do comércio registraram queda de -0,2% e a produção industrial variou 0,1%.

Com o resultado de outubro, o volume de serviços prestados no Brasil – setor que tem a maior participação no PIB (Produto Interno Brasileiro) e que mais emprega no país – já padece de três quedas seguidas: -1,4% em agosto, -0,2% em setembro e -0,6% em outubro.

Após a queda de 0,6% em julho frente a junho, a produção industrial nacional estagnou: 0,4% em agosto, 0% em setembro e -0,1% em outubro.

Já as vendas do comércio, também desde julho, orbitam em torno de zero: 0,6% em agosto, 0% em setembro e -0,4% em outubro.

Diante deste quadro, o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) avalia que o “último quarto do ano teve início prolongando o quadro de desaceleração do PIB verificado no trimestre de 2023” – época em que o PIB (a soma dos bens e serviços finais produzidos no país) variou em alta de 0,1%, em comparação com o segundo trimestre (1%). No primeiro trimestre, a economia havia crescido 1,4%.

“Ainda que as taxas de juros venham dando sinais de arrefecimento, os empréstimos no país continuam caros e relativamente escassos”, destaca o Iedi.

Na virada do segundo trimestre, sem mais contar com impulso dado pela supercolheita agropecuária deste ano, a economia brasileira passou a sentir fortemente os efeitos da política contracionista monetária/econômica do Banco Central (BC), que apesar de ter iniciado o ciclo de cortes na taxa de juros da economia (Selic) em agosto, mantém os juros reais (descontado a inflação) em níveis escorchantes, mantendo a oferta de crédito cara e inibindo o consumo de bens e serviços no país.

“Mesmo com as reduções na Selic em agosto, setembro e novembro, a taxa de juros real – que desconsidera os efeitos da inflação – está em 8% ao ano”, denunciou a Confederação Nacional da Indústria (CNI), logo após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, de reduzir mais uma vez a taxa Selic, em apenas 0,5 ponto percentual, de 12,25% para 11,75% ao ano.

Na avaliação da CNI, a decisão do Copom foi “excessivamente conservadora e prejudicial à atividade econômica”.

“O cenário de controle da inflação justifica plenamente a redução da Selic em ritmo mais acelerado”, defendeu Ricardo Alban, presidente da entidade. “É preciso – e possi-

vel – mais agressividade para que ocorra uma redução mais significativa do custo financeiro suportado por empresas e consumidores”, ressaltou.

Para se ter uma ideia o quão maligna está sendo a política contracionista monetária do BC ao setor produtivo brasileiro, no acumulado de janeiro e outubro de 2023, as concessões de crédito às empresas tomaram 5,6% em termos reais frente ao mesmo período do ano passado, segundo a CNI.

“Os dados, em particular do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre de 2023, evidenciaram desaceleração da economia, sobretudo em setores mais sensíveis aos juros, como o de investimento”, observou a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que também emitiu nota cobrando “cortes mais intensos” na taxa Selic pelo BC.

“O atual patamar da taxa de juros ainda limita a capacidade produtiva do Brasil. Em 2023, as concessões de crédito às empresas diminuíram e os dados recentes confirmaram o baixo dinamismo da atividade industrial”, disse a Firjan.

A CNI projeta que os investimentos recuem em 3,5% neste ano. No terceiro trimestre de 2023, os investimentos recuaram -2,5% frente ao segundo trimestre, sendo o quarto trimestre consecutivo de queda no indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBC), que mede a ampliação da capacidade produtiva por meio de investimentos em ativos fixos, como máquinas e equipamentos, por exemplo.

Quando comparado ao mesmo período do ano passado, os investimentos no país caíram -6,8%, o maior declínio por esse tipo de comparação desde o terceiro trimestre de 2020 – ano inicial da pandemia de Covid-19, em que os investimentos ficaram 8,8% em baixa.

A indústria de transformação deve encerrar 2023 com uma queda de -0,7% e a indústria da construção com um recuo de -0,6%, ambas em comparação com o ano anterior, prevê a CNI.

“A expectativa é de que a taxa de investimento, que é a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, deve cair para 18,1%, ante 19,3%, em 2022. Essa queda no investimento vai impedir um melhor desempenho nos próximos anos”, também alertou a CNI nesta semana.

Outro fator grave para o fraco desempenho da economia do país é o baixo salário pago aos trabalhadores, o que contrai mais ainda o mercado interno. O salário mínimo no país é um dos mais baixos do mundo.

Na terça-feira (5), foi anunciado que o salário mínimo, com aumento real e tudo, em 2024, será de R\$ 1.421,00. Atualmente, o seu valor é de R\$ 1.320,00. Serão R\$ 101,00 de reajuste, descontada a inflação, 2,9% de aumento real.

Serviços ficam no vermelho pela 3ª vez seguida e recua 0,6% em outubro, diz IBGE

Em outubro de 2023, o volume de serviços prestados no país recuou -0,6% frente ao mês de setembro, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas nesta quarta-feira (13).

Sob efeito dos juros, este é o terceiro mês consecutivo que o setor – com enorme peso no Produto Interno Bruto (PIB) e que mais emprega no país – registra resultado negativo. Entre agosto (-1,3%), setembro (-0,3%), outubro (-0,6%), o setor acumula perda de 2,3%.

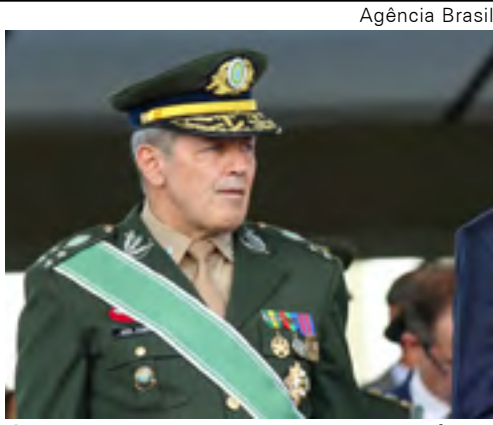
Nesta quarta-feira (13), diretores do Banco Central se reúnem para definir os rumos da Selic. As expectativas, com base nas últimas falas do presidente do BC, Roberto Campos Neto, é que o Comitê de Política Monetária (Copom) realize um novo

sorte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic), que cairia dos 12,25% para 11,75% ano, e, assim, mantendo o Brasil campeão mundial de juro real.

Diante da política do BC de reprimir, via Selic alta, o consumo de bens e serviços e os investimentos no país, o setor de serviços está 3,2% abaixo do nível alcançado em dezembro de 2022 (auge da série histórica).

Em outubro, os serviços de transportes chegaram ao terceiro mês consecutivo de queda em suas operações. Em agosto, esta modalidade de serviços recuou -2,1%; em setembro, caiu -0,2%; e, em outubro, obteve uma queda de -2,0%.

Leia no site do HP: <https://horadopovo.com.br/sector-de-servicos-fica-no-vermelho-pela-terceira-vez-seguida-e-cai-06-em-outubro/>



General Tomaz Paiva, comandante do Exército

Comandante do Exército exalta o “soldado preocupado com as coisas de soldado” e sua “missão de defender a Pátria”

Bolsonaristas atacaram a mensagem de fim de ano do comandante do Exército Brasileiro, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, ressaltou, em mensagem de final de ano, a atuação das tropas em missões de combate ao crime organizado, como o garimpo ilegal na Amazônia.

“Cada soldado preocupado com as coisas de soldado, vai continuar desempenhando seu dever para que possamos cumprir nossa missão constitucional de defender a Pátria”, afirmou o comandante.

Nos comentários, bolsonaristas chamaram o Exército de “vergonha” por não ter dado um golpe no dia 8 de janeiro.

O general Tomás Paiva lembrou a Operação Agata Oeste, que tem como foco o combate ao tráfico internacional de drogas nas fronteiras terrestres.

“Nesta oportunidade, mais de 1.500 militares, às vezes 2 mil, operam sem esmorecer debaixo do sol escaldante, passaram por essa escalada de calor intenso, guardando a fronteira oeste e combatendo o crime organizado e fronteiriços”, comentou.

“Protegendo a Amazônia dos crimes ambientais tão prejudiciais à biodiversidade, deflagramos, entre outras, a Operação Poraquê. Eu tive a oportunidade de estar ali, a qual bateu recordes ao destruir 72 dragas” utilizadas no garimpo ilegal, continuou.

“O somatório de apreensões das operações conduzidas em nossa Amazônia correspondeu à redução de mais de R\$ 600 milhões da atividade criminosa”, pontuou.

Além disso, o comandante do Exército citou a ação humanitária junto aos indígenas yanomamis, em Roraima, e no caso da tragédia no litoral norte de São Paulo.

Nos comentários das publicações do Exército nas redes sociais, diversos bolsonaristas criticaram a atuação dos militares ao longo de 2023. A principal reclamação é que eles “abandonaram” os bolsonaristas no golpe de 8 de janeiro.

“O exército abandonou o povo no momento de maior clamor. Vergonha”, escreveu um apoiador do ex-presidente Bolsonaro.

Há diversos comentários chamando o general Tomás Ribeiro Paiva e os demais membros do Exército de “melancia”, isto é, comunistas disfarçados.

Lula anuncia criação de mais 100 Institutos Federais no país



Reprodução

“Vamos construir um grande país”, disse na Conferência Nacional da Juventude Prova que faltava para implicar Bolsonaro em tentativa de golpe é recuperada pelo MPF

Eis que surgiu, publicado o jornal Folha de S. Paulo, a prova que faltava para implicar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), com os atos golpistas de 8 de janeiro.

Esses dados foram preservados fora do sistema da Meta, dona do Facebook, e podem permitir acesso ao post deletado do perfil do ex-chefe do Executivo e que, segundo a PGR (Procuradoria-Geral da República), é fundamental para apresentar denúncia contra o ex-mandatário por incitação aos atos do 8 de janeiro.

Em resposta ao STF (Supremo Tribunal Federal), a Meta afirmou não ter mais em seus servidores o conteúdo solicitado pelo ministro Alexandre de Moraes, que é relator do processo em julgamento na Corte Suprema.

No entanto, o site em questão não tem relação com a empresa. E chamado de Metamemo, e capturou o post de modo automatizado enquanto esse ainda estava na conta de Bolsonaro e armazenou o conteúdo com outras informações sobre a publicação.

PERÍCIA EXTERNA

O uso de registros externos à Meta, porém, dependerá de validação de perícia externa para que esses sejam considerados como prova pelo Judiciário, segundo especialistas ouvidos.

Eles explicam, no entanto, que a resposta enviada pela dona do Facebook seria a prova mais robusta de que o perfil de Bolsonaro, de fato, postou o conteúdo alvo de investigação.

O MPF (Ministério Público Federal) disse que ainda não foi informado sobre o vídeo arquivado pela Metamemo e que não adianta posicionamento sobre a questão.

“Tarcísio cometeu aberrações jurídicas na obsessão de privatizar a Sabesp”, diz Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), “cometeu aberrações jurídicas” para forçar a privatização da Sabesp.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) destacou que é inconstitucional o decreto do governador bolsonarista que permite a alteração de contratos da Sabesp com municípios sem que eles tenham papel decisivo na negociação.

“Quando a esperteza é demais, acaba engolindo o esperto. O governador Tarcísio está tão obcecado em entregar a Sabesp que cometeu aberrações jurídicas no processo. O resultado? Vai ser anulado na justiça”, comentou o parlamentar em suas redes sociais.

“A luta continua! Água

INCITAÇÃO

Postado por Bolsonaro, em 10 de janeiro, o vídeo em questão foi produzido por terceiro e mostrava homem identificado como Dr. Felipe Gimenez, que atacava a segurança das urnas eletrônicas.

A publicação trazia ainda as frases “Lula não foi eleito pelo povo. Ele foi escolhido e eleito pelo STF e TSE [Tribunal Superior Eleitoral]”.

INSTIGAÇÃO

Apesar de o vídeo ser posterior aos ataques de 8 de janeiro, foi utilizado no pedido da PGR para que Bolsonaro fosse incluído no inquérito que apura a instigação e autoria intelectual dos ataques golpistas que resultaram na depreciação da sede dos Três Poderes, em Brasília.

Raquel Saraiva, advogada e presidente do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife, explica que ponto mais delicado, para além da preservação do vídeo em si, é a comprovação de que foi a conta do ex-presidente que fez a postagem.

“A validade como prova] depende muito do método que foi utilizado para coletar essa evidência”, diz ela.

Carlos Affonso Souza, advogado e diretor do ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade), avalia que o post capturado pela Metamemo pode vir a ser usado como indício de prova, mas não com a mesma força que seria a informação direta do Facebook.

‘INDÍCIOS’

“[Mas] no caso específico do vídeo do Bolsonaro, me parece que os indícios de provas são abundantes”, diz ele, apontando em especial para repercussão na imprensa, mas também a própria reverberação na

rede social a partir da publicação.

Em depoimento à PF (Polícia Federal) em abril, o próprio Bolsonaro não teria negado a publicação, mas sim alegou ter publicado o vídeo por engano, sob efeito de medicamentos. As justificativas foram dadas no âmbito do inquérito que mira os autores intelectuais dos ataques.

Marta Saad, advogada e professora de direito processual penal da USP (Universidade de São Paulo), diz que o ponto importante em relação às provas digitais é demonstrar que não houve adulteração.

“Elas [essas] precisam de registros documentais que atestem que aquilo é alguma coisa confiável, íntegra, autêntica”, diz. “Uma coisa é a própria Meta fornecer. Agora, outras informações precisam de uma prova pericial que analise esses metadados”.

EXAME

José Antonio Milagre, perito especialista em crimes cibernéticos, diz que a análise técnica pode envolver exame sobre a plataforma utilizada para fazer essa coleta.

“Pediria para ver se alguém consegue editar a base de dados e inserir esse vídeo sem que isso estivesse na rede social, que ele me mostrasse os metadados e as assinaturas que asseguram que isso foi crawledo [coletado] do Facebook”, exemplifica ele.

Milagre adiciona ainda que, com os dados do site externo, seria possível ainda questionar ao Facebook se eles poderiam ao menos confirmar se o link capturado de fato existiu, o que tornaria a evidência mais robusta.

M. V.

Texto completo em www.horadopovo.com.br

Foi na abertura da 4ª Conferência Nacional de Juventude, em Brasília. Presidente da República pediu ajuda para politizar a juventude, defender a democracia e construir uma grande nação

O presidente Lula participou na quinta-feira (14) no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, da abertura da 4ª Conferência Nacional de Juventude e anunciou para um auditório lotado a criação de uma centena de institutos federais. “No meu mandato, vamos fazer mais 100 institutos para a juventude”, afirmou o presidente.

Lula conclamou a juventude a ir para os bairros, as periferias e favelas para discutir o fortalecimento do Brasil. “Vamos ajudar os jovens a serem politizados. A deixarem de ser manipulados com mentiras e a cultura do ódio. Vamos deixar de ser algoritmos e voltarmos a ser humanistas. Vamos construir um grande país, um país que seja forte e mais igualitário”, disse Lula.

Ele citou o percentual de jovens argentinos que votou no recém-empossado presidente do país, Javier Milei. “Qual é o trabalho que vamos fazer com os milhões de jovens que ainda não nos entendem? Como vamos tratar esses milhões de jovens? Sessenta e cinco por cento votaram no Milei, de 16 a 24 anos de idade. Como é que a gente vai competir na formação política dessa juventude, que está abandonada na periferia, sendo violentada todo dia com a indústria da fake news, da mentira, da destruição?”, afirmou Lula.

“Tivemos uma batalha grande pela democracia. A juventude teve solidariedade comigo. Tiveram coragem quando ousaram não acreditar nas canalhices que a elite brasileira montou para impedir que eu voltasse a ser presidente”, disse, ao lado da primeira-dama, Janja Lula da Silva.

“Vocês me elegeram presidente da República. O que acho mais importante é que, pelo fato dessa luta toda, pela perseverança, vocês não apenas conquistaram direito de reivindicar. Como vocês têm o direito e dever de ajudar a gente a fazer mais. Não tem na história do Brasil momento político em que a sociedade civil teve possibilidade de participar da elaboração, aprovação e execução das políticas como agora”, destacou.

O presidente brincou sobre a reação da extrema-direita à indicação de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal (STF). “Vocês não sabem como eu estou feliz hoje. Pela primeira vez na história desse país, nós conseguimos colocar na Suprema Corte desse país um ministro comunista, um companheiro da qualidade do Flávio Dino”, afirmou Lula.

Flávio Dino se reúne com Lula e ministros do STF e prevê posse em 22 de fevereiro

O ministro da Justiça Flávio Dino reuniu-se na quinta-feira (14) com o presidente Lula após ser referendado pelo Senado com 47 votos para ocupar a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Estavam presentes outros ministros da Corte.

O ministro declarou que sua posse no STF deverá ocorrer no dia 22 de fevereiro. Ele também afirmou que continuará à frente da pasta até Lula nomear um substituto.

“A princípio eu continuo no Ministério da Justiça até o presidente indicar um novo ministro, ou ministra. Estou disposto a ficar para fazer a transição, à medida em que ele escolher o ministro”, disse Dino.

Suas declarações foram anotadas em entrevista a jornalistas na saída do STF. Ele esteve na Corte a convite do presidente, Luís Roberto Barroso, para uma reunião em que também participaram os ministros Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes.

Dino disse que a transição no Ministério da Justiça se estenderá “por algumas semanas até que o presidente indique alguém”. Ele informou, ainda, que, após esse período, deverá assumir a vaga no Senado, antes de tomar posse no Supremo.

Depois do STF, o novo mi-

Ele voltou a dizer que quer que os jovens e estudantes cobrem mais do governo, critiquem o governo e ajudem a fazer as coisas a avançarem. “Mas não fiquem só nos assuntos específicos. Briguem para este país crescer e criar chances e oportunidades para todos. Vamos conversar com todo mundo, com quem pensa diferente, mesmo que não gostem da gente”, afirmou.

“Se alguém não quiser ir para a universidade pode ser, mas não porque não tem vaga. Se alguém não quiser ir para um instituto federal, que não vá, mas não porque não tem vaga. Eu fui eleito para fazer mais do que eu já fiz. Por isso eu preciso da ajuda de vocês”, prosseguiu. Vamos politizar a nossa juventude”, disse Lula.

De acordo com o presidente, as pessoas estão sendo exploradas. “Hoje os profissionais trabalham pelos smartphones em horários em que deveriam comer e descansar., estão carregando gente, carregando comida. Tem que achar uma forma de conversar com essas pessoas”, apontou. “Temos que conversar com todo o mundo gostem ou não da gente”, prosseguiu.

“Nós temos que conversar com pessoas que vocês não gostam, com pessoas que vocês ficam até com ojeriza quando veem o Lula na TV conversando com essas pessoas. Na política, a gente tem que compreender que a gente conversa com quem é eleito, porque é ele que tem voto, e é assim que a gente vai conseguindo aprovar as coisas que nós aprovamos, como o fundo da educação para garantir uma bolsa para os estudantes nesse país”, disse Lula.

“Você sabe que um dos moleques, uma das coisas que aconteceu com o cara que hackeou a Janja, sabe quem passou a noite passando as informações? Era um moleque de 17 anos. Quando a gente vai reagir aos moleques que ficam pegando foto de meninas e colocando na internet? Quando é que a gente vai formar essa gente?”, questionou o presidente.

Com o tema “Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem-Viver”, a conferência reunirá, até 17 de dezembro, jovens de todos o país para discutir políticas públicas para a população com idade entre 15 e 29 anos. O encontro conta com organização da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude. Também pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

O ministro do tribunal esteve reunido com Lula ao lado do novo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Dino declarou aos jornalistas que o Supremo tem um papel muito importante, principalmente nesse momento. “O Supremo tem relevância em si, mas nesse instante em que há uma demanda social por harmonia, entendimento, redução de conflitualidade institucionais, é evidente que o Supremo, pelo seu lugar, é uma instância decisiva para que isso ocorra no país”, disse.

O atual ministro da Justiça assinalou que o presidente Lula ainda não perguntou a ele sua opinião sobre um nome para substituí-lo na Justiça.

Por conhecer o Ministério, é “muito importante, manter certas prioridades”, entre as quais, a construção do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Ele ainda observou que não há um debate no governo sobre dividir a pasta para separar a Justiça da Segurança Pública. “Nunca houve esse debate. Às vezes surgiam boatos. Minha impressão é que o debate não vai ocorrer agora”, declarou, destacando que o modelo institucional adotado é o mesmo em 200 anos de história da pasta.

Congresso reduz multas por calote e dificulta cobrança

O Congresso Nacional se revelou um apoiador dos grandes sonegadores de impostos. Ele derrubou cinco vetos do presidente Lula (PT) a trechos do projeto que garantiam benesses escandalosas aos grandes devedores de impostos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o Carf, conhecido como o “tribunal dos impostos”.

O texto havia sido proposto pelo governo como forma de diminuir a evasão fiscal de mais de 50 bilhões de reais só no ano que vem. Ao todo, calcula-se que a sonegação chegue próximo de R\$ 500 bilhões. Ao aprovarem a matéria, os congressistas inseriram dispositivos que aliviavam as multas sobre os devedores e dificultam a cobrança dos atrasados.

Quando o contribuinte deixa de pagar os impostos de forma intencional, as multas usualmente chegam a 150% do valor e algumas alcançam 225%. O que os grandes sonegadores querem é que a multa não ultrapasse 100% do valor do crédito apurado.

Os trechos mantidos asseguram o cancelamento dos valores que excedem esse percentual e determina a reti-

rada desse montante da inscrição em dívida ativa. Além disso, o governo fica obrigado a ressarcir aos devedores os valores referentes aos excedentes e que já foram pagos.

O pretexto para aliviar as multas dos grandes sonegadores foi o de que o Supremo Tribunal Federal já havia fixado o limite de 100%. No entanto, ao justificar o veto, o governo nega e afirma não ser possível extrair esse entendimento a partir da decisão do STF.

O Congresso aprovou um projeto do governo com mudanças no Carf, onde são julgadas as grandes empresas que devem impostos. Mas, ao aprovarem a matéria, os congressistas aproveitaram e inseriram dispositivos que aliviavam as multas dos sonegadores.

Além de aliviar as multas dos sonegadores, o Congresso derrubou também a exclusão do trecho que prevê que o governo só poderá ter acesso aos valores dados como garantia financeira pelos devedores da Fazenda quando houver trânsito em julgado. Ou seja, os grandes magnatas que não pagam impostos poderão procrastinar os pagamentos por longos e longos anos.

Brasil perde Carlos Lyra, um dos construtores da música brasileira

Fundador da Bossa Nova, Lyra foi um dos melodistas mais importantes da música brasileira, além de ser um dos responsáveis pelo CPC da UNE e o Teatro Opinião

O cantor e compositor Carlos Lyra, um dos principais nomes da Bossa Nova e parceiro de Vinícius de Moraes, morreu na madrugada deste sábado (16), no Rio de Janeiro, aos 90 anos. Desde a última quinta-feira (14), estava internado no Hospital da Unimed, na Barra da Tijuca.

Carlos deixa a esposa, Magda Botafogo, e a filha, Kay Lyra, fruto do casamento com a atriz e modelo norte-americana Katherine Lee Riddell, de quem se divorciou em 2004.

A esposa do artista, Magda Botafogo, informou que ele deu entrada na unidade de saúde com febre. No hospital, foi diagnosticado que o artista estava com uma bactéria. A causa da morte de Carlos Lyra não foi confirmada.

Na publicação do Instagram, familiares afirmaram que a morte de Carlos ocorreu de "forma inesperada". "É com imensa tristeza que comunicamos a passagem do compositor Carlos Lyra, nessa madrugada, de forma inesperada. A todos, agradecemos o carinho."

Autor de grandes sucessos como 'Coisa mais linda', 'Minha namorada', 'Primavera', 'Sabe você' e 'Você e eu', Lyra foi um dos melodistas mais importantes da música brasileira.

Sua primeira composição foi "Quando Chegares", em 1954. Desde então, suas músicas foram gravadas por João Gilberto, Nara Leão, Sílvia Telles, Astrud Gilberto, Elis Regina, Billy Eckstine, Brigitte Bardot e outros.

Lyra despontou no cenário musical na voz de Sílvia Telles (1935 - 1966) através da música "Menino".

Além de Vinícius de Moraes, Lyra também teve como parceiros Tom Jobim (1927 - 1994) e Baden Powell (1937 - 2000).

CPC DA UNE

Lyra desempenhou um papel fundamental na difusão da cultura brasileira, foi um dos responsáveis por fundar o Centro Popular de Cultura, o CPC, da União Nacional dos Estudantes, em 1961.

Lyra encontrou na música um meio de expressão política antes e após o golpe de 1964, afastando-se, ao menos em parte de sua produção, do estilo tipicamente bossa nova, lírico e politicamente descompromissado, para dedicar-se a temas da realidade social brasileira. Ele compôs a trilha sonora da peça "A mais valia vai acabar, seu Edgar" (1960), o dramaturgo e diretor paulista Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, encenada no teatro da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro pela primeira vez.

No início da década de 1960, Lyra buscava distinguir algumas de suas criações da estética tipicamente bossanovista, adotando um estilo que chamava de "sambalço". Com a expressão, ele queria "delinear, dentro do movimento [a bossa nova] aquele sentido nacionalista que procura elevar o nível da música popular brasileiro dentro de suas próprias fontes" - escreveu Nelson Lins e Barros, um de seus principais parceiros, na contracapa do disco "Depois do Carnaval - O Sambalço de Carlos Lyra", de 1963.

Foi fundamental para a formação do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961.

Lyra, então diretor musical do CPC-UNE, desempenhou um papel crucial na articulação cultural e política desses grupos. A parceria entre Lyra e Vinícius de Moraes resultou no emblemático "Hino da UNE". Mesmo após o golpe e a cassação da representação legal da UNE, em 1964, Lyra e o CPC uniram forças para a produção do show "Opinião", em 1964, sob a direção de Augusto Boal, proporcionan-

do uma resistência cultural histórica no Brasil.

Em 1968, exilou-se nos Estados Unidos, onde encontrou apoio no saxofonista Stan Getz. Sua música não deixou de ser uma voz ativa contra a ditadura, e em 1979, ele retornou ao Brasil para participar do Congresso da UNE em Salvador, regendo um coro de milhares de estudantes no "Hino da UNE".

A carreira musical de Lyra continuou com lançamentos de álbuns, incluindo "Eu e Elas" (1972) e "Herói do Medo" (1974), este último censurado na íntegra. Em 2019, após mais de 25 anos sem gravar, ele retornou com "Além da Bossa", evidenciando sua duradoura contribuição para a música e a resistência cultural brasileira.

Ao completar 90 anos, recebeu uma série de homenagens. Uma delas é o lançamento do álbum Afeto, que faz um passeio por todas as fases e estilos da obra do compositor. Os arranjos foram feitos por João Donato, Marcos Valle, Jaques Morelenbaum, Antônio Adolfo e Gilson Peranzetta.

Para a celebração, a amiga Fernanda Montenegro escreveu uma carta saudando os seus 90 anos. "Sua inspiração foi, e será - sempre - inesgotável", disse a maior atriz brasileira.

Querido Carlinhos Lyra,

Sua inspiração foi, e será - sempre - inesgotável.

Você é um ser encantado. Um criador de sublime raiz herdada de nossa sensibílimo lírica. Somos contemporâneos. E eu agradeço aos Deuses e a Deus o milagre de termos em nossas mentes e corações, no melhor dos nossos verdes anos e para sempre, sua criatividade tão plena ao cantar a vida, o amor. "O Bem do Amor", Carlinhos. Como saudação pelos seus 90 anos, usando alguns títulos de suas inesquecíveis canções, receba esta cartinha de um namorado para uma namorada:

Minha "Menina", "Coisa Mais Linda", "Aonde Andou Você"? Eu sou um "Patinho Feio", Um "Lobo Bobo" num "Barquinho de Papel". Dei uma "Vaciada". "Tem Dó de Mim". "Se é Tarde, Me Perdoa". "É Tão Triste Dizer Adeus". "O Bem do Amor" é o que eu peço. "Nada Como Ter Amor". "Só Amor". Eu sou um "Rapaz de Bem". "Só em Teus Braços", "Sou Feliz". "Você e Eu & Coisa Mais Linda", "Minha Namorada". "Quando Chegares", tu sabes que "Amar é Viver". "Só em Teus Braços", "Sou Feliz". Tu és a minha "Primavera"! CL

PS. Glorioso Carlinhos Lyra, **FELIZ ANIVERSÁRIO!!! FELIZ SEMPRE! SEMPRE! SEMPRE!**

Grande Abraço,
Fernanda Montenegro

UNE LAMENTA PARTIDA

Em nota, a União Nacional dos Estudantes (UNE), lamentou a partida de Carlos Lyra e destacou o papel do artista na criação do hino da entidade.

"Lyra e Vinícius de Moraes, parceiros de longa data, immortalizaram a força, a voz e o trabalho dos estudantes pelo Brasil. E dos dois gênios a composição do hino da UNE que documentou a mensagem de coragem da entidade em tempos em que artistas e estudantes perdiam a vida na luta pela democracia", destacou a UNE.

"Maior melodista do Brasil deixou entranhado para sempre na UNE seu canto de esperança. O nosso muito obrigada em nome das gerações de estudantes brasileiros que ele inspirou e vai continuar inspirando", ressaltou a entidade.



"Inspiração inesgotável", disse Fernanda Montenegro sobre o amigo



"O Povo Canta", produzido pelo CPC da UNE em 1962: Canção do subdesenvolvido, de Carlos Lyra e Francisco de Assis; João da Silva ou o falso nacionalista, de Billy Blanco; Canção do trilhãozinho, Carlos Lyra e Francisco de Assis; Grileiro vem pedra vai, de Raphael de Carvalho; e Zé da Silva é um homem livre, de Geni Marcondes e Augusto Boal

CPC-UMES lamenta partida de Carlos Lyra

O Centro Popular de Cultura da UMES (CPC-UMES), lamentou a partida de Carlos Lyra. Segundo a entidade, além de maior melodista do Brasil, Lyra era também "um lutador, um patriota, indignado com as injustiças que assolam nosso país".

"Obrigado, Mestre! Por suas lindas músicas, pelo seu trabalho no CPC e no Opinião, pela Pobre Menina Rica, pela Canção do Subdesenvolvido. Pela Bossa Nova e pela Influência do Jazz. Pelo Samba da Legalidade e por nos mostrar que O Feio Não É Bonito. Obrigado por ter estado na UMES e ter nos ensi-

nado tanto. Obrigado por tudo.", destacou a entidade cultural em nota divulgada nas redes sociais.

Veja a nota:
Carlos Lyra partiu. Foi encontrar Vinícius, Tom, João Gilberto, Baden, Nara. Foi encher o universo com suas melodias geniais, sua gargalhada gostosa, suas histórias divertidas. Mas Carlinhos não era "apenas" o "melhor melodista da Bossa Nova", como dizia Jobim. Era também um lutador, um patriota, indignado com as injustiças que assolam nosso país. Por isso, deve também ter partido para encontrar Chico de Assis, Vianinha e Denoy e montar um CPC estelar.

Em 1995 tivemos a honra de iniciar o Projeto UMES Cantarena com um Show de Carlos Lyra. Uma verdadeira aula de brasilidade, de história, de música, de disposição para a luta, que o teatro superlotado escutava encantado.

Obrigado, Mestre! Por suas lindas músicas, pelo seu trabalho no CPC e no Opinião, pela Pobre Menina Rica, pela Canção do Subdesenvolvido. Pela Bossa Nova e pela Influência do Jazz. Pelo Samba da Legalidade e por nos mostrar que O Feio Não É Bonito. Obrigado por ter estado na UMES e ter nos ensinado tanto. Obrigado por tudo.

CPI da Enel na Alesp defende fim do contrato com a privada, intervenção e indiciamento de executivos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Enel da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) apresentou o relatório final dos trabalhos do colegiado. O texto apontou para irregularidades e negligências cometidas pela concessionária entre 2018 e 2023 no serviço de distribuição de energia elétrica em sua área de atuação.

De acordo com a relatora da CPI, a deputada Carla Morando (PSDB), a Enel foi negligente e ineficiente na prestação dos seus serviços prestados, especialmente em relação ao "apagão" decorrente das fortes chuvas registradas na Região Metropolitana de São Paulo no último dia 3 de novembro.

Na ocasião, foram registrados ventos de grande intensidade, que também provocaram quedas de árvores. "A informação foi noticiada um dia antes no telejornal. Desta forma, a alegação dos dirigentes da Enel, de que não poderiam prever tal ocorrência, não procede", afirmou a relatora.

A parlamentar ainda ressaltou que, apesar da Enel ser responsável pela prestação de serviços que estão expostos diretamente às consequências de fenômenos naturais, a empresa não se mostrou preparada para realizar de forma eficaz os atendimentos, como os necessários em novembro. "É importante enfatizar que esta CPI também foi proposta devido às inúmeras reclama-

ções dos usuários dos serviços da Enel, que sofrem com variados problemas. Enfatizo a adoção de medidas junto aos órgãos competentes referente a isso", apontou a deputada.

Além disso, os parlamentares e o público presente às reuniões do Colegiado ressaltaram que a empresa é "campeã" no número de reclamações feitas pelos consumidores no Procon São Paulo e no site "Reclame Aqui". Além disso, as entidades de classe, associações e demais órgãos públicos também têm enfrentado problemas em virtude da má prestação dos serviços da Enel.

Também foi destacado no relatório final a falta de cuidados na preservação da rede elétrica. Tal fator ainda afeta ou atrasa a prestação de serviços essenciais à população, tais como a emissão de documentos, a identificação na autoria de crimes e oxigênio para pessoas hospitalizadas.

Membro da Comissão, o deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT) pontuou que, apesar da Enel não investir adequadamente na modernização de sua rede elétrica e possuir uma imagem negativa diante da opinião pública, os trabalhos desta CPI deduziram que a concessionária cumpre suas obrigações contratuais.

Marcolino ainda explicou que os problemas do serviço de distribuição de energia elétrica se originaram na privatização da empresa. "É inquestionável que o setor

privado não tem qualquer compromisso com obrigações públicas e o bem-estar da sociedade. O seu objetivo central é o lucro. Quando o setor foi privatizado, houve aumento de lucro e piora da qualidade dos serviços", justificou.

O parlamentar defendeu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), empresa fiscalizadora do serviço público deste setor, deveria encerrar o contrato de concessão da Enel São Paulo antes de 2028, quando ele chega ao fim oficialmente.

Ainda de acordo com o deputado, a Aneel deve elaborar estudos técnicos para que a energia volte a ser distribuída pelo Poder Público e que seja analisada a possibilidade da gestão direta da União, uma vez que o setor elétrico é estratégico para o desenvolvimento nacional.

Diante das reclamações dos consumidores quanto ao mau atendimento e as cobranças indevidas nas contas de energia elétrica, a Enel precisa estabelecer indenizações por danos morais em situações de descaso da empresa na prestação dos serviços.

Também é requerido que o contrato de concessão com a Enel seja caducado, ou seja, perca a validade. Como informado no relatório, "a caducidade é a previsão da rescisão contratual, que consiste no encerramento do contrato pela ocorrência de situações irregulares elencadas pelo Legislador".



Protesto de indígenas contra a tese do marco temporal no STF

Indígenas e partidos vão ao STF contra derrubada de vetos presidenciais ao projeto do marco temporal

Os partidos PT, PSOL e PSB e Rede, juntamente com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), estão preparando ações junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Congresso Nacional de derrubar, nesta quinta-feira (14), vetos do presidente Lula (PT) ao projeto do marco temporal.

Os conchavos entre as bancadas ruralista na Câmara e no Senado privilegiaram os interesses do agronegócio em prejuízo dos direitos dos povos originários. Na Câmara, a rejeição ao veto recebeu 321 votos a favor, 137 contrários e uma abstenção; no Senado, foi rejeitado por 53 votos a 19. Para a queda de um veto são necessários votos de 257 deputados e 41 senadores.

A proposta apoiada pelos ruralistas havia sido aprovada pelos parlamentares na data em que o STF concluiu o julgamento no qual declarou inconstitucional a tese do marco. Ao sancionar o texto, o presidente Lula barrou justamente o item que limita a demarcação de terras indígenas à data de promulgação da Constituição de 1988.

A Apib que reforçou que 'Direitos não se Negociam' e informou que vai protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF para pedir a anulação da Lei 2903, agora Lei 14.701/2023, considerada pela entidade como a "lei do genocídio indígena". O protocolo, porém, só pode ser feito após a promulgação da lei, que ocorrerá em 48 horas.

"Esta lei é inconstitucional e deve ser analisada pelo STF. Porém, enquanto a ADI não for julgada pelos ministros do Supremo, os parentes estão enfrentando invasões nos territórios, assassinatos e a devastação do meio ambiente. E por isso que solicitamos que seja concedida a tutela de urgência antecipada! Não podemos ficar esperando enquanto as comunidades estão morrendo", diz Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Apib.

A entidade já protocolou no Supremo, na tarde de hoje, uma solicitação de audiência na Corte para tratar sobre o que considera ameaças aos direitos indígenas e a Constituição Federal, presentes na lei em questão. "O Futuro da humanidade depende dos povos e da demarcação das Terras Indígenas. A principal Conferência, que trata sobre mudanças climáticas, a COP 28, foi encerrada nesta semana e o Congresso Nacional mais uma vez reforça seu compromisso com a morte", denuncia a organização indígena.

"O Marco Temporal é uma proposta criada pelo agronegócio e já foi anulada pelo STF", reforça Kleber Karipuna, coordenador executivo da Apib. Em sua página na internet, a entidade estampou "Derrotados são os que não lutam" e a hashtag "#emergênciaindígena".

Os únicos vetos mantidos na votação de hoje foram aqueles que vedam ameaças aos povos indígenas isolados; a proposta que planeja autorizar o uso de transgênicos nas Terras Indígenas e outra que pretendia alterar traços culturais, esta última apontada como racista pelos povos indígenas.

A Apib denuncia que decisões como essas são resultados da ligação direta de políticos brasileiros à invasão de terras indígenas, como mostra o dossiê "Os invasores", do site jornalístico "De olho nos ruralistas". Segundo o estudo, representantes do Congresso e do Executivo possuem cerca de 96 mil hectares de terras sobrepostas às terras indígenas.

"Além disso, muitos deles foram financiados por fazendeiros invasores de TIs, que doaram R\$ 3,6 milhões para a campanha eleitoral de ruralistas. Esse grupo de invasores bancou 29 campanhas políticas em 2022, totalizando R\$ 5.313.843,44. Desse total, R\$ 1.163.385,00 foi destinado ao candidato derrotado, Jair Bolsonaro (PL)", diz a entidade em nota.

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, que participou dos protestos contra a derrubada dos vetos do lado de fora do Congresso, disse em sua conta no X, ex-Twitter, que "a decisão do Congresso Nacional desprezita a Constituição, os povos indígenas e o futuro do Brasil".

"Caso prevaleça tal pretensão, os povos indígenas estariam expostos a uma grave violação dos seus direitos constitucionais e submissos à violência histórica praticada pelo Estado e por setores dominantes da sociedade ávidos pelas terras e riquezas dos povos originários", afirmou o Partido dos Trabalhadores.

Governo mantém a proposta de reajuste 0% e revolta servidores



Servidores federais protestam na Comissão Mista do Orçamento



“Juros altos seguem na contramão da produção”, afirmam centrais sindicais

A manutenção dos juros elevadíssimos pelo Banco Central, que através do Comitê de Política Monetária (Copom), reduziu apenas 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), na quarta-feira (13), foi repudiada pelas centrais sindicais.

Na avaliação do presidente da Força Sindical, Miguel Torres, a redução de 12,25% para 11,75% ao ano, mantendo a taxa entre as mais altas do mundo, é um entrave à produção, ao emprego e ao desenvolvimento do país.

“A queda é muito branda. Conclamamos o Banco Central a continuar o processo de redução nas próximas reuniões, em 2024”, disse Torres.

“Juros altos beneficiam apenas o capital especulativo e atraem somente dinheiro volátil, sem compromisso. Juros altos aumentam a dívida pública. Juros altos seguem na contramão da produção, do crédito e do consumo”, afirma a nota divulgada pela Força.

De acordo com a central, a queda de 0,5% é “extremamente tímida”. “Entendemos que o Banco Central perdeu uma ótima oportunidade de aproveitar-se do encolhimento da

demanda mundial para fazer uma drástica redução na taxa de juros, que poderia funcionar como um estímulo para a criação de novos empregos e para o aumento da produção no país”.

Segundo Miguel Torres, “manter os juros neste patamar é uma insensibilidade social, pois o crédito continuará caro, atrasando a recuperação econômica”. “Menos juros, mais desenvolvimento!”, finaliza a nota.

A CUT também se manifestou, afirmando que a queda baixíssima “mantém o país com uma das maiores taxas de juros reais do mundo” e não alcança o patamar que “incentive emprego e renda”.

“É um absurdo o Banco Central manter a Selic neste patamar. Não há cenários de risco de inflação no país que justifiquem manter a taxa básica de juros no patamar atual. Já deveríamos estar com a Selic abaixo dos 10%, no final deste ano”, afirmou a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Juvandia Moreira.

Juvandia disse que

“mesmo com as reduções desde agosto, o Brasil continua apresentando a maior taxa de juros reais do mundo, por conta desse processo lento de redução que, nada mais é que mais um boicote à economia e à qualidade de vida de todos nós”.

Segundo ela, “o fato é que o Banco Central fez com que o Brasil se tornasse o país com a maior taxa de juros reais (resultado da Selic menos a inflação), o que prejudica extremamente o desempenho da economia, consequentemente dificultando a criação de empregos, além de aumentar o endividamento das famílias e do Estado”.

Na avaliação do economista da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Contraf-CUT, Gustavo Cavarzan, “para que o Brasil atinja uma posição mais confortável, ou seja, tenha uma taxa de juro real menor, seria necessário um corte bem mais efetivo e duradouro na Selic”. De acordo com Carvazan, o Copom tem condições de acelerar o corte da taxa básica de juros, para além do 0,50 p.p., sem prejuízo à política monetária.



A unicidade sindical e a reconstrução nacional

O Instituto Cláudio Campos realizou no último dia 5 de dezembro o Seminário “O Governo Lula, a Reconstrução Nacional e o Papel dos Sindicatos”, em parceria com a Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB). O evento também homenageou o ex-presidente do Partido Pátria Livre e vice-presidente do PCdoB, Sérgio Rubens de Araújo Torres, falecido em 5 de dezembro de 2021.

Mediado por Rosanita Campos e Nivaldo Santana, o encontro teve como ponto principal o debate sobre papel do movimento sindical no resgate do trabalho como centro do desenvolvimento, com a retomada da reindustrialização e garantia de direitos. A apresentação inicial foi lida por Carlos Pereira, economista e membro do Comitê Central do PCdoB, destacando que “agora, depois de tantos anos de estagnação econômica, desindustrialização, sucateamento da nossa indústria, desemprego, miséria e fome, é mais do que chegada a hora de implementar a reconstrução nacional e assentar as bases para a retomada do desenvolvimento, tendo como eixo a reindustrialização em novas bases tecnológicas e resgatando o papel do trabalho como centro do desenvolvimento”.

Pereira, que foi secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), falou da importância da unicidade sindical nesse processo. “O pluralismo está muito mais sujeito à influência do patrão e dos mais poderosos, e vai contra a natureza proletária. O pluralismo serve a acordos paralelos e à formação de aristocracias operárias, sustentadas pelas transnacionais e a serviço delas. A unicidade desenvolve o instinto de classe; o pluralismo fortalece o individualismo, a mesquinha e, em última instância, a traição à classe”, disse. (Leia: Sem unicidade sindical, “Reconstrução Nacional” é fantasia).

ESTADO A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), lembrou do maior período de desenvolvimento que o país passou, a partir de uma política que colocou o Estado a serviço do crescimento econômico, com garantia de direitos e melhoria das condições de vida do povo, a partir da Revolução de 1930. “Há aqueles que sempre buscam tecer uma leitura, que na nossa avaliação é muito apropriada, do que representou o Nacional Desenvolvimentismo que resulta de uma política vocacionada a uma extensão industrial importante e que prevaleceu entre a década de 1930 e 1980, que fez com que o Brasil alcançasse crescimento do tamanho do patamar chinês de hoje. A política industrial verdadeiramente reivindicada, nos cobra, retomar o resultado do nosso Produto Interno Bruto alcançado em 2010”.

“Por mais que parcela dos economistas defendam o Estado mínimo, a gente sabe que essas teses são todas derrotadas com o passar da história. Na crise, o Estado é o grande organizador da economia, ele tem que ofertar o crédito, ele tem que controlar juros, ele tem que controlar a inflação. Essa receita é uma receita que o mundo todo tem adotado já há algum tempo e é lamentável que o Brasil faça opção ao inverso. Nós temos um grande desafio, o primeiro é o de colocar a política no centro, a pauta que nos une. É lutar pelo êxito do presidente Lula, não só por puro e simplesmente enxergar o papel protagonista que exerce o presidente Lula, mas para alcançar aqui que Lula denominou de neodesindustrialização, para chegar ao patamar de desenvolvimento de 2010, o que evidentemente que vão cobrar muito da nossa parte”, completou Adilson.

“É sobre esse atraso que a superestrutura de propaganda pró-imperialista age no sentido de dividir os trabalhadores, ou seja, jogar a categoria contra suas lideranças. Por isso mesmo, é fundamental a luta ideológica na massa [...] Os sistemas de unicidade sindical e confederativo são imensamente mais democráticos, mais autônomos e mais representativos do que o seu contrário, o pluralismo sindical. Na unicidade, as várias correntes convivem entre si e o conjunto aprende pela prática qual e quem serve mais à luta. No pluralismo, quem discorda se exclui ou é excluído. É o regime da intolerância e, portanto, antioperário. Na unicidade e no sistema confederativo, a unidade está acima das divergências ideológicas. No pluralismo, o que une é a plataforma partidária, ideológica ou os interesses de um grupo”, completou.

Para Sabino Bussanello, assessor de formação sindical da Federação dos Trabalhadores na Indústria Santa Catarina (FETIESC) e coordenador do Fórum Sindical Ampliado (FSA), esse debate mostra “uma questão central que, aqui no Sul, nós começamos com um movimento chamado Fórum Sindical Ampliado e reunimos mais de 900 lideranças e entidades sindicais para pautar quatro eixos que a gente considerou essenciais nesse momento histórico que o Brasil está vivendo: 1) O custeio do movimento sindical. É inadiável e precisa ser colocado na ordem do dia; 2) O fortalecimento da Justiça do Trabalho: mesmo que a gente tenha divergência, mas para ficar sem a viabilização do Estado é impossível nesse momento. 3) A unicidade sindical como algo que nos une nesse momento para enfrentar os antagonismos, enfrentar o reacionarismo e a extrema-direita.”

“CAPITAL FINANCEIRO NÃO SALVA A ECONOMIA”

José Reginaldo, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), destacou que “é importante também lembrar que a autonomia da ação sindical só é possível se a unidade de fato existir nas ações pela base e a base pressupõe trabalhadoras e trabalhadores e sindicatos”. “Não há autonomia, não há independência para ação de quem está na cúpula da ação sindical sem a presença efetiva de uma base estruturante na sua ação. A gente tem que lembrar de Rosa Luxemburgo: não é na cúpula, no ápice das organizações, mas antes e na base, é nas massas proletárias organizadas que se encontra efetivamente a garantia da unidade real do movimento operário. Então, esse é um ponto central da nossa discussão”, afirma.

Leia mais no site: <https://horadopovo.com.br/unicidade-sindical-e-a-reconstrucao-nacional/>



Para entidades, “proposta mantém a política de congelamento salarial do Bolsonaro e merece amplo repúdio de 1,2 milhão de servidores federais ativos, aposentados e seus pensionistas”

Na última reunião do ano da Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores federais, nesta segunda-feira (18), o governo manteve a proposta de congelamento salarial em 2024. O anúncio revoltou os representantes dos servidores, que, desde o início das negociações, esperam a apresentação de uma política salarial de reposição das perdas acumuladas nos últimos anos.

Representando o Ministério da Gestão e Inovação, o secretário da pasta, José Lopez Feijóo, confirmou que o governo não vai dar reajuste salarial aos servidores em 2024.

Durante a reunião, o secretário alegou “dificuldades orçamentárias” e ofereceu recompensas, como auxílio-alimentação de R\$ 658 para R\$ 1 mil; a contrapartida dos planos de saúde de R\$ 144 para R\$ 215; e o auxílio-creche de R\$ 321 para R\$ 484,90.

Para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, a proposta “mantém a política de congelamento salarial do governo Bolsonaro, o que merece amplo repúdio de 1,2 milhão de servidores federais ativos, aposentados e seus pensionistas”.

De acordo com Rudi-

nei, outro agravante é que, “como aposentados e pensionistas não recebem auxílio alimentação nem auxílio creche, a proposta se reveste de um etarismo perverso, pois exclui em relação a esse segmento”.

“É uma proposta divisionista, exclui 51% dos servidores que estão aposentados”, afirma o presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Sérgio Ronaldo.

Para a presidente do Sinditamaraty e representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Ivana Vilela, “os aumentos dos auxílios alimentação, saúde e creche são bem-vindos, mas não alcançam nem de longe as reais necessidades dos servidores”.

“A Mesa Nacional de Negociação Permanente não conseguiu avançar em sua proposta inicial. Os servidores esperavam uma negociação ativa sobre as perdas inflacionárias e aumentos salariais”, disse.

“O problema não é somente o servidor na ativa. Impacta também fortemente as aposentadorias, pois aposentados não receberão nada. A expectativa era que o novo governo abrisse um novo e melhor capítulo para a vida dos servidores”, completou Ivana.

Terceirização massacra os trabalhadores com salários de miséria, diz ministro Marinho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou em um evento em Porto Alegre, na quinta-feira (14), que “os trabalhadores terceirizados estão sendo massacrados”. O ministro participou de solenidade de assinatura de pacto pelas boas práticas trabalhistas e combate à concorrência desleal, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

De acordo com Luiz Marinho, o governo tem se dedicado a “reconstruir políticas públicas” após as mudanças implementadas pela reforma trabalhista no governo Michel Temer e aprofundadas na gestão de Bolsonaro.

“Os trabalhadores estão sendo massacrados para aceitar um salário sob a lógica de miséria”, afirmou o ministro durante a cerimônia que reuniu entidades de trabalhadores, especialmente nas áreas de saneamento e limpeza, vigilância, telefonia e telemarketing, além de diversas instituições.

O ministro também cobrou empenho do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) na discussão e elaboração de medidas para enfrentar o problema.

“Tomara que a Câmara dos Deputados também crie uma frente parlamentar sobre o debate da terceirização, porque é lá que está o problema. Oxalá que esse processo chegue às mesas dos ministros e ministros do Supremo Tribunal Federal porque, infelizmente, nesse momento, o STF está respaldando toda e qualquer terceirização sem absolutamente nenhum limite. E aqui nós estamos falando dos dois lados da mesa”, disse Marinho.

Também cobrado pelo processo de contratação

de empresas via licitação feito pelo Estado, em que o critério é o menor preço, o que acaba recaído, na maioria das vezes, sobre a desvalorização do trabalhador terceirizado, Luiz Marinho retrucou citando um ditado popular que diz que “quem paga mal, paga duas vezes”.

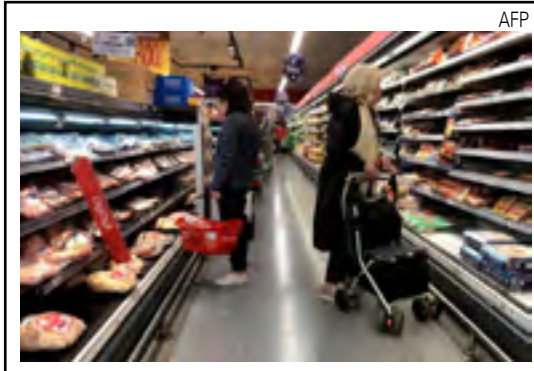
“Eventualmente, o menor preço acaba incorrendo nisso. Em especial, quando você permite que reduzam salários de uma turma que está saindo para uma nova empresa que está chegando. É preciso estabelecer um parâmetro de remuneração que dê conta de garantir um mercado de trabalho saudável”, retrucou o ministro após a cerimônia, em entrevista ao jornal GZH.

Segundo a reportagem do GZH, Marinho argumentou que uma das saídas para garantir os direitos e salários dos terceirizados no setor público seria “reter, mês a mês, parte do pagamento feito às empresas contratadas. Em caso de atraso ou não pagamento de salários, por exemplo, o poder público faria o repasse por conta própria”.

No mesmo dia Marinho também esteve em Farroupilha, na Serra Gaúcha, localidade que foi alvo de diversas flagrantes de prática de trabalho análogo à escravidão no início do ano, concentrados nas vinícolas da região.

O motivo da visita foi o balanço de ações já em andamento e anúncio de novas ações para o Pacto de Boas Práticas Trabalhistas na Vitivinicultura do Estado, levados a cabo ao longo do ano após os flagrantes em Bento Gonçalves, e antes do início da safra de uva 2023/2024, para regulamentar o setor.

Morte de cristãos em igreja de Gaza “é terrorismo” de Israel, denuncia Papa



Desvalorização do peso e explosão dos preços

Pacote de Milei acelera a inflação, derrete moeda e impõe tarifaço

Descrito por vários meios de comunicação da Argentina como “ajustação fiscal” ou “choque econômico”, as medidas de “austeridade” anunciadas terça-feira (12) pelo governo de Javier Milei no seu plano “Motosserra” reiteram o que o presidente havia dito ao tomar posse no domingo (10): “a situação vai piorar”. E muito.

Em menos de 20 minutos, o ministro da Economia, Luis Caputo assegurou que a situação atual é feita, ficará horrenda. Entre as medidas está uma imediata desvalorização de 54% do peso, a moeda nacional, em benefício do dólar, violentos cortes nos subsídios aos serviços e transportes e um mais do que apertado ajuste fiscal. Retirando o Estado da economia em benefício do “mercado”, adota o surrado estilo “apertem os cintos, o piloto sumiu”.

A reação foi imediata. O dirigente da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA Autónoma), Hugo Godoy, frisou que “acaba de se repetir o mecanismo de exagerar a situação de crise herdada para justificar medidas inadmissíveis que em questão de dias vão aumentar os níveis de pobreza por cima do 50% da população”.

O editorial do reconhecido jornalista Víctor Hugo Morales, no programa de rádio na AM750 deixou claro que simplesmente “não haverá mais obras públicas”. “Os subsídios para energia e transporte diminuem. Vão aumentar as tarifas da luz, gás e passagens. Eles não disseram quanto. No começo vai ser bem selvagem. Mas daqui a cinco meses, quando tiverem que fazer as contas de tudo que vão perder com essas medidas, certamente estarão piores”.

“Caputo anunciou um assassinato social sem vacilar com um psicopata prestes a massacrar suas vítimas indefesas”, afirmou o líder da Frente Pátria Grande, Juan Grabois, frisando que a desvalorização representará um aumento de pelo menos 80% nos próximos três meses.

Para o deputado Eduardo Tonioli, da Frente para a Vitória-Movimento Evita, “Milei declarou guerra econômica ao povo argentino sem distinguir entre classes médias, pobres, trabalhadores formais e informais”. “Não há ajuste, o que existe é uma brutal transferência de renda em favor daqueles que ganham mais quando a Argentina vai mal”, acrescentou.

Segundo Gerardo Martínez, dirigente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da poderosa Uocra (União dos Operários da Construção da Argentina), o impacto nas obras públicas “será um tsunami social total e algo semelhante nos aspectos financeiros e econômicos”.

SUBMISSÃO AO FMI

De acordo com Luis Caputo, que já ocupou a pasta e presidiu o Banco Central no governo neoliberal de Mauricio Macri, responsável por atrelar as finanças do país com sangrias insanas aos cofres do Fundo Monetário Internacional (FMI), é disso que a Argentina necessita.

“Hoje o Estado mantém artificialmente preços muito baixos nas tarifas de energia e transporte através de subsídios. A política sempre fez isso porque assim engana as pessoas, fazendo-as acreditar que estão colocando dinheiro no bolso. Esses subsídios não são gratuitos, mas são pagos com a inflação”, declarou o porta-voz dos banqueiros. Algo tão mentiroso quanto dizer que a dolarização e a eliminação do Banco Central, apontados por Milei como “salvação”, garantirão “soberania” e trarão “progresso e desenvolvimento” para a nação.

Conforme foi relatado, tiveram de ser gravadas duas versões para o anúncio governamental ser aprovado pelo presidente. Milei achou que a primeira versão da farsa não estava o suficientemente convincente. Cumprindo as determinações do fascista, o ministro tentou esconder que as medidas são direcionadas fundamentalmente à satisfação do capital financeiro, que verá a economia argentina ser sangrada como nunca.

FICHA CORRIDA DE CAPUTO

Caputo atuou como Chefe de Negociação para a América Latina no JP Morgan entre 1994 e 1998, e ocupou o mesmo cargo para a Europa Oriental e América Latina no Deutsche Bank entre 1998 e 2003, e desse ano até 2008 presidiu a sucursal argentina do Deutsche Bank. É preciso dizer mais? Este foi o marionete indicado para dar a largada no que muitos apontam como “a mais violenta e dolorosa transferência de recursos das últimas décadas dos trabalhadores até a terceira idade” para o bolso da banca internacional.

Entre as medidas anunciadas estão a não-renovação de contratos menores de um ano com o estado – paralisando obras e elevando o desemprego; redução de transferência de recursos do governo federal para as províncias (Estados) e fim dos subsídios para a energia e o transporte – turbinando as tarifas rumo às galáxias. Comprometido até a medula com as transnacionais, Caputo disse que “avançará com a eliminação de todas as tarifas de importação, que impedem o desenvolvimento da Argentina”, comprometendo-se a acelerar o processo de desindustrialização do país, cortando empregos e arrojando salários.



Nahida e sua filha Samar, católicas, foram excutadas por atirador de Israel

“EUA tem total responsabilidade pelas vítimas em Gaza”, denuncia na ONU o embaixador Nebenzya

“Os EUA têm total responsabilidade por todas as vítimas do conflito em Gaza, depois de vetarem um pedido de cessar-fogo”. A afirmação, feita na ONU pelo embaixador russo Vasily Nebenzya, evidencia que o genocídio em curso em Gaza, perpetrado pelo governo mais extremista da história de Israel, só acontece porque os EUA fornecem as armas a Israel, sustentam nos organismos internacionais a impunidade de Israel e, até mesmo, prestam escolta aos massacres com dois porta-aviões nucleares e um submarino nuclear enviados para o Oriente Médio.

Todas as vítimas: 60 mil mortos e feridos, na maioria mulheres e crianças; 1,8 milhão de pessoas expulsas de suas casas sob ordens – e bombas – do ocupante. Bairros inteiros reduzidos a escombros. Punição coletiva – como definida pela jurisprudência de Nuremberg – contra os palestinos, dos quais foi cortado comida, água, remédios e combustível.

Após o segundo veto dos EUA a um cessar-fogo em Gaza em dois meses, a Assembleia Geral da ONU, reunida em caráter emergencial na terça-feira, aprovou por uma avalanche de votos – 154 a 10 – o cessar-fogo, ampliando o isolamento de Washington e Tel Aviv diante do mundo, apesar da resolução ser não vinculativa.

“A humanidade prevaleceu”, manifestou-se o embaixador egípcio Osama Abdel Khalek, em meio aos aplausos que se seguiram, na ONU, à aprovação da resolução pelo cessar-fogo. “A agressão israelense a Gaza deve acabar. Este derramamento de sangue tem de parar”.

FACILITA O MASSACRE

Como registrou o jornalista Jeremyh Scahill, do The Inter-



Nebenzya é representante permanente da Rússia na ONU

cept, “essa encenação de Biden e cia. onde eles fingem que os EUA de alguma forma não são o facilitador central desse massacre em massa duradouro seria patética se não fosse tão homicida”.

Também a deputada norte-americana Rashida Tlaib advertiu que o governo Biden está “em sério risco de ser processado pelo Tribunal Penal Internacional” por fornecer armas aos militares israelitas que praticam crimes de guerra na Faixa de Gaza.

“Poucas horas depois que os EUA vetaram uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que pedia um cessar-fogo imediato e a libertação de reféns, o governo Biden nos notificou que eles ignoraram o Congresso para enviar a Netanyahu US\$ 100 milhões em munição de tanque para continuar a cometer crimes de guerra e massacrar palestinos inocentes”, disse Tlaib, a primeira mulher palestina-americana eleita para o Congresso.

Nos últimos dois meses, EUA forneceram a Israel cerca de 15.000 bombas – incluindo anti-bunkers de 2.000 libras – e quase 60.000 projéteis de artilharia.

Uma investigação da Anistia Internacional publicada na semana passada descobriu que Israel usou munições de fabricação americana para realizar ataques aéreos que mataram mais de 40 pessoas de duas famílias. A Anistia disse que os ataques “devem ser investigados como crimes de guerra”.

“O presidente Biden viu campos de refugiados, hospitais, escolas e bairros inteiros bombardeados”, disse Tlaib. “Ele viu crianças mortas retiradas dos escombros de pijama e, em vez de trabalhar por um cessar-fogo, está enviando mais armas para manter os massacres”.

O isolamento internacional começa a incomodar o próprio Biden que, no mesmo dia da votação na Assembleia Geral, em evento de arrecadação de fundos para sua campanha de reeleição, admitiu que os “bombardeios indiscriminados” em Gaza estavam levando Israel a “perder apoio”. Não restam dúvidas de que são os EUA que fornecem as armas com que o genocídio é cometido por Israel.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Prioridade é fortalecer a soberania da Rússia”, afirma Putin candidato à reeleição

Em seu “linha direta” com os cidadãos russos, uma entrevista anual ao vivo com o presidente Vladimir Putin, que neste ano incluiu as perguntas da imprensa estrangeira, ele destacou que “a existência sem soberania é impossível para a Rússia”, disse que aqueles que esperavam que o país desabasse sob as sanções estão “muito desapontados” e que a paz na Ucrânia será possível após “desnazificação, desmilitarização e um status neutro”.

Ele revelou, ainda, que a indústria manufatureira russa terá um crescimento este ano de 7,5%, os salários reais aumentaram 8%, com um desemprego de 2,9%, e assinalou que as relações Rússia-China são cruciais para a estabilidade global.

Desde 2001, existe essa tradição de que os cidadãos dirijam perguntas e pedidos ao presidente, que responde ao vivo, após uma seleção entre, no caso deste ano, 2,5 milhões de mensagens. Esta semana, Putin confirmou que será candidato à reeleição nas eleições de 2024.

Duas surpresas este ano. A primeira, quando o porta-voz do Kremlin indicou que quem iniciaria as perguntas da mídia internacional seria o “The New York Times”, foi interrompido



Putin na entrevista coletiva deste final de ano

por Putin, que chamou a agência de notícias chinesas Xinhua.

A outra, uma pergunta feita por uma versão digital de Putin, um dublê criado por Inteligência Artificial, que dirigiu uma pergunta ao presidente russo exatamente sobre IA e redes neurais. Putin teve a oportunidade de dialogar com seu dublê e depois brincou que tem um cão que consegue diferenciar quem é quem pelo olfato. O que serviu, também, para mostrar os avanços da Rússia nessa fronteira tecnológica.

A Xinhua, Putin disse que as relações sino-russas são cruciais na manutenção da estabilidade global, acrescentando que o nível de interação entre os dois países é “sem precedentes”. Putin observou ainda que a

Rússia e a China estão diversificando suas relações, dizendo que os dois países estão desenvolvendo relações em áreas como infraestrutura e setor de alta tecnologia. “E continuaremos a fazê-lo”, acrescentou.

Sobre a guerra em curso na Ucrânia e as relações com os EUA e o Ocidente, Putin disse que o “desejo desenfreado de rastejar em direção às nossas fronteiras, levando a Ucrânia para a Otan, tudo isso levou a esta tragédia (...) Eles nos forçaram a essas ações”.

Ele acrescentou que os objetivos da Rússia na Ucrânia permanecem inalterados e não haverá paz até que sejam alcançados.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“Nahida e sua filha Samar foram mortas quando chegavam ao Convento da Irmã. Uma foi morta enquanto tentava levar a outra para local seguro”, diz comunicado da Igreja da Sagrada Família, na Cidade de Gaza

Dois mulheres cristãs foram assassinadas a tiros por soldados israelenses no sábado (16) dentro da igreja católica da Sagrada Família na Cidade de Gaza. O Papa Francisco, neste domingo, condenou o ataque à igreja como “terrorismo”, acrescentando que na igreja não havia “terroristas, mas famílias, crianças, pessoas doentes ou deficientes, freiras”.

De acordo com comunicado do Patriarcado Latino de Jerusalém, “por volta do meio-dia [10:00 GMT] ... um franco-atirador” do exército israelense “assassinou duas mulheres cristãs dentro da Paróquia Sagrada Família em Gaza”, onde famílias cristãs estão abrigadas desde o início da guerra entre Israel e o Hamas.

“Nahida e sua filha Samar foram baleadas e mortas quando chegavam ao Convento da Irmã. Uma foi morta enquanto tentava levar a outra para um local seguro”, diz o texto.

A maioria das famílias católicas da Cidade de Gaza buscara refúgio na igreja desde o início do assalto de Israel contra o enclave palestino.

Em sua bênção semanal, o Papa disse que continua recebendo “notícias muito graves e dolorosas de Gaza”, denunciou que “civis desarmados são objetos de bombardeios e tiroteios” e acrescentou que isso “aconteceu até dentro do complexo paroquial Sagrada Família, onde não há terroristas, mas famílias, crianças, pessoas doentes ou deficientes, freiras”, referindo-se às duas cristãs assassinadas.

Francisco também se referiu à declaração do patriarcado de que um convento de freiras da ordem fundada por Madre Teresa foi danificado por um incêndio de tanques israelenses.

E completou: “Alguns dizem: ‘É guerra. É terrorismo’. Sim, é guerra. É terrorismo”.

A igreja católica da Sagrada Família fica a 400 metros da igreja cristã ortodoxa de São Porfírio, que foi bombardeada pelo regime de Netanyahu em outubro e que é a terceira mais antiga igreja do mundo. Os cristãos de Gaza são uma das comunidades mais antigas do Oriente Médio, que remonta ao primeiro século.

“Esta é uma campanha de morte direcionada durante a temporada de Natal na comunidade cristã mais antiga do mundo”, disse Hammam Farah, membro da família de Nahida e Samar, em um comunicado no X.

De acordo com o correspondente da Al Jazeera, Hani Mahmud, a igreja, que acomodava cristãos em Gaza, foi alvo de bombardeio israelense direto nos últimos dias. “A maior parte dela foi destruída. Os atiradores de elite estão disparando contra todos os objetos em movimento no pátio”, acrescentou.

A SANGRE FRIO

Segundo o relato da agência de notícias Vatican News, “no sábado, os militares israelenses entraram no complexo da Paróquia Católica da Sagrada Família, em Gaza, atirando em qualquer pessoa que saísse da igreja. As vítimas são uma mulher idosa e sua filha, que saiu correndo do

prédio para resgatar sua mãe”.

O assassinato duplo ocorreu depois de um pesado bombardeio durante a noite na área ao redor da paróquia da Sagrada Família, de acordo com a agência de notícias palestina Wafo.

Outras sete pessoas também foram baleadas e feridas enquanto tentavam proteger as pessoas dentro do complexo da igreja. A declaração do Patriarcado observou: “Nenhum aviso foi dado, nenhuma notificação foi fornecida. Eles foram baleados a sangue frio dentro das instalações da paróquia, onde não há beligerantes”.

A declaração também revelou que um foguete disparado de um tanque das Forças de Defesa de Israel durante a manhã teve como alvo e atingiu o Convento das Irmãs de Madre Teresa, destruindo o gerador do prédio – sua única fonte de eletricidade – enquanto um incêndio de grandes proporções danificava a casa.

“O convento abriga mais de 54 pessoas com deficiência e faz parte do complexo da igreja, que foi sinalizado como um local de culto desde o início da guerra”, disse.

Posteriormente, o prédio foi alvo de mais dois foguetes, tornando a casa inabitável: “As 54 pessoas com deficiência estão atualmente desabrigadas e sem acesso aos respiradores de que algumas delas precisam para sobreviver”.

A alegação usada pela tropa de ocupação para seu ataque a uma igreja foi de que haveria um “lançador de foguetes” dentro do templo. Apesar da intervenção do Patriarcado, a operação não foi interrompida. Os soldados israelenses dispararam contra o complexo da paróquia e os civis que se abrigavam no prédio.

Al Jazeera, o porta-voz da Igreja de São Porfírio, disse que o bloqueio israelense a Gaza desde 2007 tornou a vida das famílias cristãs muito difícil, mas que persiste uma grande solidariedade. “Somos todos palestinos. Vivemos na mesma cidade, com o mesmo sofrimento”, disse Ayyad. “Estamos todos sitiados e somos todos iguais”.

FANÁTICOS

O assassinato das fiéis católicas ocorre um dia depois de tropa israelense ter assassinado a tiros três reféns desarmados, sem camisa, com bandeira branca, é sintoma do ponto a que chegou a degeneração do regime de Netanyahu em seu ímpeto pelo genocídio, limpeza étnica e apartheid.

Como disse uma analista, as FDI estão “cheias de ódio e fora de controle”, enquanto Netanyahu aposta sua sobrevivência política, na assim chamada “Terra Santa”, por meio da desumanização dos palestinos e do cheque em branco aos fanáticos para seguirem em frente com a barbárie.

O duplo assassinato fez o ministro das Relações Exteriores da Itália, país que tem manifestado excessivo zelo pelo suposto direito “de defesa” de Israel, dirigir um “apelo sincero ao governo e ao exército israelenses para proteger os locais de culto cristãos”. “Não é aí que o Hamas está escondido”, acrescentou.

Chilenos rejeitam nova Constituição que mantinha o pior da Carta imposta por Pinochet

O Chile rejeitou em plebiscito neste domingo (17) a proposta de constituição hegemônica pela extrema-direita, com o “contra” prevalecendo com 55,76% em comparação com 44,24% dos “a favor”, com 96,3% das mesas apuradas.

Em suma, o que estava em votação era simplesmente pior a constituição imposta por Pinochet de 1980 e que foi parcialmente atenuada no período da restauração democrática no Chile. Segundo o PC chileno, “O texto aprofunda e piora os problemas da constituição de 1980. O remédio proposto é pior que a enfermidade”.

Nos locais de votação, que funcionaram até às 18h, os cidadãos receberam uma cédula com a pergunta: “Você é a favor ou contra o texto da Nova Constituição?”. O voto era obrigatório.

Há 15 meses, uma proposta de nova constituição de cunho

sectário e identitário, com concessões ao neoliberalismo, como o “BC independente”, mas em cuja redação não houve zelo pela questão nacional nem pelo avanço com consenso por parte da assim chamada “esquerda chilena”, acabou derrotada em plebiscito anterior, por larga margem.

Isso depois de, em 2019, o Chile viver enormes manifestações, com grande participação da juventude e das mulheres, que isolaram o governo Piñera e levaram à convocação – por larga margem – de uma Assembleia constituinte e à eleição de Boric.

Entre as questões que assumiram grande papel nos protestos, estavam a desigualdade e péssimo serviço público, a situação dos idosos, depois de décadas da privatização da previdência, o ensino pago nas universidades.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Barbárie de Israel beira 'ponto sem retorno', adverte médico Ben Thomson



Xi Jinping, Nguyen Phu Trong e esposas durante visita do líder chinês ao Vietnã

China e Vietnã anunciam comunidade de parceria e cooperação estratégica

A China e o Vietnã anunciaram terça-feira (12) a construção de uma comunidade comum focada no fortalecimento da industrialização e segurança, do desenvolvimento nacional e do socialismo, aprofundando a parceria de cooperação estratégica existente entre as duas nações vizinhas.

Durante visita do presidente da China e secretário-geral do Partido Comunista, Xi Jinping, ao Vietnã, foi concluída a terceira rodada de visitas mútuas, sendo acolhido pelo líder do Estado, do Partido e do povo vietnamita, Nguyen Phu Trong. Os dois países decidiram fortalecer o intercâmbio e a aprendizagem mútua e aprofundar o desenvolvimento da sociedade humana, disse Xi. Entre as prioridades, apontou, estão a segurança política nacional, a fim de prevenir, neutralizar e conter todos os tipos de riscos.

Xi assinalou que o compromisso comum é aprimorar a cooperação prática e a modernização, que inclui todos os mais de 1,4 bilhão de chineses e cerca de 100 milhões de vietnamitas em áreas emergentes como economia digital e desenvolvimento verde.

Os dois lados devem implementar a Parceria Econômica Regional Abrangente, construindo uma cadeia industrial e de suprimentos segura, estável, eficiente, inclusiva e mutuamente benéfica, defendeu o líder chinês.

A cooperação bilateral deverá ter um foco maior em agricultura, educação, saúde e outros campos relacionados à subsistência das pessoas, enfatizou Xi, acrescentando que os dois lados devem fortalecer a cooperação em áreas como juventude e turismo, aumentando os laços entre as novas gerações para consolidar o apoio popular à amizade China-Vietnã.

Trong deu as boas-vindas, saudando o 15º aniversário da parceria de cooperação estratégica entre o Vietnã e a China, e as inúmeras conquistas obtidas pelos chineses, frisando que a industrialização e modernização potencializarão cada vez mais desenvolvimento comum, da mesma forma que forneceram assistência valiosa ao país em tempos difíceis, como a pandemia da Covid-19.

O governo vietnamita reiterou a defesa do princípio de Uma Só China, o reconhecimento de Taiwan como uma parte inalienável do território chinês, e a firme oposição às atividades separatistas da "independência de Taiwan" sob qualquer forma.

Após as conversas, Xi e Trong testemunharam a exibição de documentos de cooperação bilateral assinados pelos dois lados, em mais de 30 áreas, como a cooperação para o desenvolvimento, economia digital e defesa e marítima.

Os dois líderes disseram acreditar que a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado vai pavimentar seu próprio caminho de modernização, obtendo benefícios mútuos e resultados vantajosos aos dois povos com contribuições positivas para a paz e a prosperidade regionais.

Hungria veta ajuda financeira e militar da União Europeia à Ucrânia

A Hungria vetou nesta sexta-feira (15) um novo pacote de ajuda financeira da União Europeia (UE) à Ucrânia, totalizando a soma de 50 bilhões de euros (cerca de R\$ 270,2 bilhões), depois que Bruxelas concordou em iniciar negociações formais com aquele país para a adesão ao bloco.

A decisão foi divulgada pelo primeiro-ministro Viktor Orbán em suas redes sociais, destacando que o voto húngaro inclui não apenas o bloqueio de 50 bilhões de euros em assistência macrofinanceira, mas também a rejeição a oitava parcela de 500 milhões de euros em ajuda militar, cinco bilhões de euros do Fundo Europeu para a Paz destinados ao apoio militar em 2024, além de outros 20 bilhões de euros também em apoio militar à Ucrânia.

O fracasso da UE sobre o pacote de financiamento proposto afeta seriamente a política de militariza-

ção geral da Ucrânia. Os responsáveis da UE estão tentando possíveis soluções para derrubar o bloqueio da Hungria ao pacote, que exige unanimidade, incluindo a liberação de fundos do bloco destinados a Budapeste atualmente congelados.

Orbán se opôs às negociações para adesão de Kiev à União Europeia afirmando, na quinta-feira (14), que era "uma decisão completamente insensata, irracional e incorreta", acrescentando que seu país "não participou dessa decisão hoje".

O primeiro-ministro húngaro se ausentou temporariamente da sala de reuniões no momento em que os 26 países restantes do bloco aprovaram a moção de negociações com a Ucrânia.

"A posição da Hungria é clara; a Ucrânia não está preparada para iniciar negociações sobre a adesão à UE", disse Orbán em um post no X.

Leia mais no site

Reprodução



Comboio de ambulâncias bombardeado em frente a entrada do hospital Al Shifa

Tropas de Netanyahu ferem jornalista e impedem resgate para sangrar até morrer

O Exército de Israel assassinou o jornalista Samer Abudaqa, da Al Jazeera, em um ataque contra uma escola em Khan Younis e feriu o chefe do jornal na Faixa de Gaza, Wael Al-Dahdouh, que já teve sua família martirizada pelos bombardeios.

Samer Abudaqa foi ferido pelos fragmentos de um drone-bomba lançado por Israel contra a escola Farhana, na cidade de Khan Younis.

As ambulâncias foram impedidas, sob tiros israelenses, de chegar ao local e o jornalista sangrou até morrer, seis horas depois.

Samer estava junto com Wael Al-Dahdouh fazendo a cobertura do resgate, por uma ambulância, de uma família que teve sua casa atacada por Israel. Eles tinham conseguido alcançar locais que não estavam sendo visitados e estavam fotografando a devastação causada pelas bombas de Israel. Os dois utilizavam coletes e capacetes que diziam "IMPrensa".

Wael Al-Dahdouh, que sobreviveu aos ferimentos, contou que eles foram atacados "no caminho de volta" do ponto em que estavam fotografando. Mesmo sangrando, ele conseguiu deixar o local e pedir ajuda para seu colega.

De acordo com a Al Jazeera, as forças israelenses obstruíram o caminho e não permitiram que equipes de socorro chegar até Samer Abudaqa. O jornal apontou Israel como "totalmente responsável por esse crime hediondo".



À esquerda, Samer Abudaqa já falecido e Wael Al-Dahdouh, que sobreviveu aos ferimentos. (X - ex Twitter)

Samer é palestino, nascido em uma cidade próxima a Khan Younis, tinha 45 anos e é pai de quatro filhos, três meninos e de uma menina. Ele trabalhava como fotógrafo da Al Jazeera desde 2004.

O governo de Gaza afirmou que o drone que matou Samer e feriu Wael foi lançado visando "deliberadamente a equipe da Al Jazeera", numa tentativa de "intimidação" para "obscurecer a verdade e impedir a cobertura midiática".

Wael Al-Dahdouh contou que "no caminho de volta" da escola em que estavam fotografando, "algo aconteceu de repente. Eu senti como se algo grande tivesse acontecido e me derubado no chão. O capacete e o microfone caíram, eu tentei reunir minhas forças e mal consegui ficar de pé, me sentia tonto".

O jornalista sentiu o ombro e o braço sangrarem, mas conseguiu andar centenas de metros até ser resgatado. Ele informou imediatamente que o colega estava ferido no local do bombardeio.

A Federação Internacional de Jornalistas (IFJ), sediada em Paris, disse ter ficado "profundamente chocada" com o ataque de Israel contra os jornalistas. "Nós condenamos o ataque e reiteramos a demanda de que a vida de jornalistas devem ser protegidas".

O Instituto Internacional de Imprensa (IPI) também repudiou o assassinato de Samer, assim como o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). O Comitê já documentou o assassinato de 64 jornalistas que estavam cobrindo a devastação feita por Israel na Faixa de Gaza.

Leia mais no site do HP

Funcionários de Biden exigem cessar-fogo em Gaza durante vigília histórica na Casa Branca

Dezenas de funcionários do governo Biden realizaram uma vigília em frente à Casa Branca pedindo um cessar-fogo duradouro em Gaza, enquanto o sistema de saúde do território palestino entrava em colapso e os militares israelenses armados pelos EUA bombardeavam toda a faixa sitiada. O protesto foi na quarta-feira (13) à noite.

Os funcionários usavam máscaras e óculos escuros para esconder suas identidades, provavelmente por medo de retaliação de um governo que foi acusado de reprimir a dissidência contra o apoio do presidente Biden ao ataque de Israel a Gaza, registrou o portal progressista Common Dreams.

Josh Paul, o ex-funcionário do Departamento de Estado que renunciou em outubro devido às transferências de armas para Israel, falou em nome dos funcionários.

"Ficamos horrorizados com a resposta desproporcional do governo israelense, que matou indiscriminadamente milhares de civis palestinos inocentes em Gaza e deslocou mais de um milhão de pessoas", disse Paul, após condenar os brutais ataques de 7 de outubro contra civis israelenses.

"Vimos campos de refugiados, hospitais, escolas e bairros inteiros bombardeados.

Vimos homens, mulheres e crianças mortos retirados dos escombros de pijama em Gaza, afirmou Paul. "Vimos assédio, humilhação e degradação de vários tipos. Isso é inaceitável."

"O povo americano e instituições respeitadas como as Nações Unidas estão implorando por um cessar-fogo, mas este governo ainda não ouviu", acrescentou Paul.

"Exigimos que o presidente Biden e os membros do gabinete se manifestem: peçam um cessar-fogo permanente, a libertação de todos os reféns e uma desescalada imediata agora."

A manifestação ocorreu dias depois de os EUA vetarem uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que pedia um cessar-fogo humanitário imediato, atraindo condenação internacional.

Os manifestantes leram em voz alta os nomes dos palestinos mortos - 33 páginas de nomes - desde 1º de dezembro, quando a pausa humanitária desabou, enquanto funcionários deixavam rosas vermelhas junto às velas.

Yonah Lieberman, cofundadora do grupo de defesa da paz judaico-ame-

ricano IfNotNow, aplaudiu os funcionários de Biden por realizarem o protesto, observando que "cada uma dessas pessoas está arriscando seus empregos e, possivelmente, suas carreiras porque sabem as apostas deste momento".

O analista político Mitchell Plitnick classificou a manifestação como "histórica". A vigília foi a mais recente demonstração de crescente indignação interna diante do apoio incondicional do governo Biden às tropas israelenses, que cometem atrocidades na Faixa de Gaza usando armas americanas.

No início deste mês, mais de 40 estagiários da Casa Branca enviaram uma carta condenando a "resposta genocida" de Israel ao ataque de 7 de outubro e implorando a Biden que apoiasse um cessar-fogo permanente.

Em novembro, mais de 700 funcionários e indicados políticos assinaram uma carta pedindo ao presidente que apoiasse um cessar-fogo no conflito Israel-Hamas. "A carta foi assinada por funcionários que trabalham em mais de 30 departamentos e agências, incluindo a Agência de Proteção Ambiental.

Leia mais no site do HP

"Dos 35 hospitais em Gaza, 26 não estão funcionando. Nove continuam apenas parcialmente funcionais. Mas estão operando com mais do dobro de sua capacidade", denuncia o médico canadense

"Estamos chegando a um ponto sem retorno" no desrespeito flagrante, por Israel, às leis do Direito Humanitário Internacional, denunciou o médico canadense Ben Thomson, ao relatar a barbárie em curso em Gaza, especialmente os bombardeios a hospitais, ambulâncias e profissionais da saúde, quando já passam de 60 mil os palestinos mortos e feridos.

Thomson, da União de Organizações de Assistência Médica e Socorro (UOSSM) do Canadá, que já esteve pessoalmente várias vezes em Gaza cumprindo missão de ajuda humanitária e conhece bem o sistema hospitalar palestino, traçou uma dramática síntese da escala desse morticínio e devastação, durante entrevista em Vancouver.

"Até esta manhã, 283 profissionais de saúde em Gaza foram mortos. Os últimos dois meses foram o conflito mais mortal da história das Nações Unidas, com 133 de seus funcionários mortos. Houve 212 ataques às instalações de saúde de Gaza desde 7 de outubro", ele apontou.

Então ele enumerou os hospitais bombardeados, um crime de guerra inominável. "Hospital da Subespecialidade Pediátrica de Al Rantisi. Hospital Pediátrico Al-Nasr. O único hospital oftalmológico de Gaza. O único hospital de Saúde Mental de Gaza. O Hospital de Reabilitação Al-Wafa. As instalações para idosos imediatamente adjacentes ao Hospital de Reabilitação Wafa. O maior hospital de Gaza, o Al Shifa. O Hospital Infantil Al-Durrah, alvejado com o proibido Fósforo Branco".

O Hospital Indonésio, "o único hospital atualmente operando no norte, ainda tentando tratar pacientes enquanto é BOMBARDEADO". Também bombardeados: as duas escolas de Medicina de Gaza, a da Universidade Islâmica e a da Universidade de Al-Azhar. Comboios de ambulâncias dos Médicos Sem Fronteiras e da Cruz Vermelha Internacional.

"Dos 35 hospitais em Gaza até esta manhã, 26 não estão funcionando. 9 continuam apenas parcialmente funcionais. Mas estão operando com mais do dobro de sua capacidade."

"A Sociedade Crescente Vermelho Palestina ontem

anunciou que suas operações de ambulância no norte foram interrompidas devido ao esgotamento do combustível e ao encerramento dos hospitais. Agora é impossível evacuar os feridos no norte. Em vez disso, os feridos são deixados para morrer".

Até esta manhã - sublinhou Thomson -, mais de 17.000 palestinos foram mortos, incluindo mais de 7.000 crianças. Há pelo menos 46.000 pessoas feridas, milhares delas gravemente feridas.

"Abrigos das Nações Unidas superlotados se tornaram criadouros que espalham doenças infecciosas, incluindo um surto de hepatite, múltiplos surtos de meningite, piolhos, doenças de pele e múltiplos surtos de doenças diarreicas."

Ele destacou que o Gabinete de Direitos Humanos da ONU declarou em 5 de dezembro que o padrão de ataques que visam a infraestrutura civil levanta sérias preocupações com o cumprimento de Israel com o Direito Humanitário Internacional e o risco de crimes e atrocidades.

Ele denunciou, ainda, que o chefe do hospital principal, o Hospital Shifa na cidade de Gaza, Mohammed Abu Salmiya, está sob prisão israelense desde 22 de novembro. Muitos outros médicos chefes continuam detidos pelos militares israelenses por quase duas semanas, sem acusações e sem ninguém saber o paradeiro deles.

Em uma conferência anterior feita pela (UOSSM) no início de novembro, Thomson, que visitou Gaza muitas vezes antes e ali trabalhou no pronto-socorro, relatou ter certa vez segurado "um bebê queimado morto em minhas mãos enquanto o pai dessa criança gritava para eu ajudar. Foi horrível". O que está acontecendo em Gaza agora - ele acrescentou - "é pior".

Outra integrante do grupo humanitário, a professora de clínica médica Alia Khan, disse que "estamos aqui para pedir um cessar-fogo" e a aplicação das leis internacionais que protegem civis e médicos. Na votação na Assembleia Geral da ONU pelo cessar-fogo em Gaza na semana passada, o Canadá mudou seu voto para sim ao cessar-fogo, quando na AGNU anterior havia optado pela abstenção.



Assista vídeo com o relato de Ben Thomson no site do HP

A espoliação mineral no Brasil

[O texto abaixo foi publicado pela primeira vez no ano de 2016, em nosso suplemento **América do Sol**, editado pelo saudoso amigo e companheiro Mário Drummond. Com o precoce e infausto falecimento de Drummond, o site do suplemento foi desativado – e o texto esteve perdido. Devemos sua recuperação ao jovem companheiro Pedro Bianco, membro de nossa redação.]

CARLOS LOPES

Folhear um anuário ou sumário de estatísticas sobre o setor mineral brasileiro é quase como ler um poema. O leitor pode estranhar esse gosto, que a princípio parece algo esquisito, mas devemos convir que “zircônio, tungstênio e molibdênio” é quase um verso de Augusto dos Anjos.

Melhor ainda – ou mais fácil de ouvir, e nem é necessário um poeta como Augusto – é “vermiculita, perlita e dolomita” ou “rutilo, ilmenita e serpentinito”, ou, ainda, um pouco mais complicado, “filita, pirofilita e agalmatolita”.

Não por acaso, nosso maior poeta do século XX nasceu na cidade que estava – e ainda está – no centro da mineração do país: Itabira.

Drummond, quando Roberto Campos e Castello Branco, no primeiro governo da ditadura, favoreceram as mineradoras norte-americanas (e alguns testas-de-ferro), inclusive devolvendo minas que Jango nacionalizara, escreveu:

“O pico de Itabirito
Será móido e exportado
Mas ficará no infinito
Seu fantasma desolado.”

Este é o nosso problema – ainda.

O estrondo da barragem da Samarco (uma sociedade entre a privatizada Vale e a corporação anglo-australiana BHP Billiton), em Bento Rodrigues, Mariana, transformou esse drama em uma tragédia.

VOLTA

Entre 1996 – último ano antes da privatização da Companhia Vale do Rio Doce – e 2015, a exportação de minerais metálicos do Brasil aumentou 182,28%.

Não por acaso, esse aumento corresponde, quase exatamente, ao aumento da exportação de minério de ferro, que foi de 129.007.533 t (1996) para 366.183.757 t (2015) – um aumento de 183,85%.

O minério de ferro constitui a maior parte das exportações de minerais do Brasil. Mas não é um caso único: tomemos, para outro exemplo, o ouro.

Entre 1996 e 2014 (não dispomos ainda de um dado mais ou menos confiável para 2015) a exportação legal (fora o contrabando) de ouro aumentou 40%. O Brasil, por sinal, ao contrário de algumas lendas, não está mal em recursos auríferos, com suas reservas de 2.400 t de ouro, considerando que as reservas mundiais estão em 55.400 t, enquanto o país com as maiores reservas – a Austrália – tem 9.800 t.

Um sinal de que no Brasil ainda existe muito ouro é o nome das companhias que extraem esse mineral em nosso território: *Anglo Gold Ashanti, Kinross, Yamana/Briogold, Vale, Beadell Resources, Cleveland Mining Company, Brazil Resources, Ashburton, Apoema/Aura, Jaguar Mining, Crusader do Brasil Mineração, Forbes & Manhattan, Orinoco Gold, Lara, Minera Gold, Iamgold, Amarillo, Luna/Aurizona, Carpathian, Troy, NXGold,*



Amerix, Brazilian Gold, Serabi, Magelan, Verena, Golden Tapajós, Guyana Frontier e Tabipora.

Essa é uma amostra do resultado da alteração da Constituição, promovida por Fernando Henrique em 1995 (emenda constitucional nº 6), para favorecer outra vez as mineradoras estrangeiras, que a Constituinte de 1988 havia impedido de continuar espoliando o país (artigo 176, § 1º: “A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o ‘caput’ deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas”).

Mas, vamos por partes, leitor.

BÁSICOS

De 1998 – primeiro ano após a privatização da Vale – a 2015, o país exportou 4 bilhões, 437 milhões, 242 mil e 163 toneladas de minério de ferro.

Nesse mesmo período, os preços foram de US\$ 13,41/t (1998) até US\$ 187,18/t (fevereiro de 2011) – ou seja, aumentaram 1.295,82%.

Em seguida, caíram até US\$ 37,18 (ou seja, -80%) no último trimestre de 2015 – e nada indica, apesar de uma ou outra pequena oscilação oposta, que não vão continuar caindo.

[NOTA: Como nem todo minério de ferro tem o mesmo preço – depende do teor de ferro, da distância entre a extração e o comprador, dos contratos assinados entre as mineradoras e cada comprador, além, evidentemente, da especulação financeira com derivativos que, supostamente, têm essa mercadoria por base – trabalhamos aqui com os extremos de preço. Para comparação, o FMI (cf. *IMF Primary Commodity Prices*), para uma “cesta” de metais (minério de ferro, cobre, alumínio, estanho, níquel, zinco, chumbo e urânio), registra um aumento médio do preço, entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2011, de +402,63%; e uma queda, até janeiro de 2016, de -59,53%. A tendência, portanto, é a mesma para o conjunto das chamadas “commodities metálicas”.]

A questão aqui não é, evidentemente, se devemos ou não exportar minérios, mas que política de exportação de minérios devemos ter. Os governos passados, desde Fernando Henrique, tinham nenhuma, o que significa que sua política era a de proteger



– ou se submeter a – monopólios privados, inclusive a Vale depois de sua privatização.

Quando os preços começaram a subir, em 2003, o recém-eleito governo Lula não parece ter se preocupado, em momento algum, no que aquele estupendo aumento poderia favorecer a nossa industrialização.

O resultado é que entre 2002 e 2011, o preço da tonelada de minério de ferro aumentou em +590,33%, ao mesmo tempo em que o país era desindustrializado: a participação da indústria de transformação no PIB diminuiu dos ridículos 14,5% com que Fernando Henrique deixou o país para 13,9% em 2011 – e para 11,4% em 2015.

[Para comparação: a participação da indústria de transformação, o setor decisivo para o crescimento, no PIB da China é 33%; da Indonésia, 25%; da Tailândia, 34%; da Coreia do Sul, 30%; da Malásia, 25%; do Vietnã, 24%; e da Argentina, 19% – cf. *United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), Statistical Country Briefs*, abril/2016.]

É óbvio que exportar produtos primários (matérias-primas e mercadorias agrícolas) e importar produtos industrializados – mais ainda, com subsídio cambial, estabelecido por taxas de câmbio completamente artificiais, que barateiam os importados e encarecem a produção interna – só pode conduzir à espoliação violenta do país.

No caso do Brasil, um grande país, pleno de recursos naturais e com uma industrialização relativamente avançada, tal política é uma aberração.

Desde, pelo menos, a primeira metade do século XX – e, sobretudo, depois que a CEPAL formulou a questão, em 1949 – sabe-se que os preços dos produtos primários, em relação aos produtos industrializados, tendem a cair ao longo do tempo, ou seja, há uma deterioração histórica dos termos de troca, em desfavor dos países em que a indústria tem pouco peso na economia.

Súbitos rompantes de aumento no preço dos produtos primários, sempre seguidos por uma queda, apenas confirmam essa regra – que, aliás, do ponto de vista lógico, é evidente.

No caso dos últimos anos, os termos de troca aumentaram a favor do país entre 2004 e 2011 – correspondendo ao aumento nos preços das “commodities”, principalmente o minério de ferro, a soja e o petróleo bruto.

Logo em seguida, esses termos de troca começaram a ficar cada vez mais desfavoráveis ao país.

Pelos cálculos da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), em quatro anos (2011-2015) a deterioração dos termos de troca contra o Brasil foi de 21% – ou seja, os preços daquilo que o país exporta caíram mais de 1/5, em média, em relação aos preços daquilo que é importado.

Basta ver a composição das exportações para ter uma ideia do que isso significa:

Em 2002, após todo o arraso de Fernando Henrique sobre a indústria, os produtos primários eram 23,06% das nossas exportações e os produtos industrializados eram 57,11%.

Em 2011, os produtos primários eram 44,52% das nossas exportações e os produtos industrializados eram 39,04%.

E a situação ainda piorou depois de 2011.

INÍCIOS

O Brasil se formou no combate contra a espoliação de seus minérios. A luta de Tiradentes e seus companheiros foi o passo decisivo na formação da nacionalidade, na formação de uma identidade brasileira. A Independência foi a consequência dessa formação da nacionalidade, que a Inconfidência Mineira havia completado, tornando insustentável a continuação do jugo colonial.

Nem mesmo a inversão de papéis em relação a Portugal, com a vinda de D. João, sua família e sua corte para o Brasil, conseguiu frear o movimento nacionalista em nossa terra. Mesmo com o traslado da família real lusitana, entre o martírio de Tiradentes e a proclamação da Independência passaram-se apenas 30 anos – numa época em que, devido à precariedade dos transportes e comunicações, a vida corria muito mais vagarosamente do que hoje.

A ideia de que o Brasil deve apenas fornecer ao resto do mundo (isto é, aos EUA e demais países centrais) as suas riquezas naturais, e que isso lhe garantirá um grande futuro, é tão reacionária, tão absurda e tão subserviente que é uma tentação atribuir essa bobagem – que fez com que o Brasil exportasse mais de 4 bilhões de toneladas de minério de ferro ao mesmo tempo em que a indústria do aço está quebrada, para não falar na indústria de máquinas e equipamentos – aos oligarcas e políticos da República Velha.

Mas, façamos justiça aos

homens da República Velha: eles eram mais progressistas que os reacionários de hoje. É o que veremos a seguir.

JAZIDAS

No início do século XX, os magnatas dos EUA e Europa começaram a se preocupar com um problema: como garantir minério de ferro para continuar a expansão industrial monopolista, baseada na indústria do aço – e seus consequentes superlucros.

Até então as jazidas da Inglaterra, EUA e Alemanha haviam sido suficientes. Mas como garantir matéria-prima barata para a continuação da expansão? O domínio sobre as fontes de matérias-primas do mundo tornou-se uma questão-chave para o capitalismo imperialista.

No caso do minério de ferro, havia uma dificuldade: localizar jazidas nos países coloniais e semicoloniais.

A solução foi dada por Theodore Roosevelt, então presidente dos EUA: realizar um congresso científico.

O encontro aconteceu em 1910, quando Theodore Roosevelt já não era mais presidente, e chamou-se Congresso Internacional de Geologia, em Estocolmo, Suécia.

Já voltaremos aos acontecimentos do Congresso de Estocolmo e aos que se seguiram. É necessário, antes, ver a situação do Brasil, naquela primeira década do século XX.

Aqui, a economia saía da catástrofe provocada pela política econômica de Joaquim Murinho, no governo Campos Salles.

Murinho, em seu relatório de 1897 – quando ainda era ministro da Viação do presidente em exercício, Manoel Victorino, vice de Prudente de Moraes – até admitira a existência de “riquezas naturais” no Brasil, mas apenas para que fossem “fecundadas” (sic) pelo “elemento estrangeiro” (cf. J. Murinho, “*Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas*”, Imprensa Nacional, maio/1897, Rio, p. XXV).

Uma estranha concepção, considerando que, não apenas a formação da nacionalidade esteve – e estava – estreitamente ligada à luta por nossos recursos minerais, como o próprio Patriarca da Independência, José Bonifácio, fora o maior especialista em mineralogia de sua época.

Murinho, porém, não era um elemento que prezasse a nacionalidade – nem o Brasil, o que é outra forma de dizer a mesma coisa.

Entre os grandes adversários dessa política anti-

Extração de minério de ferro em Minas Gerais (foto: reprodução)

nacional e anti-industrial, dentro da elite de políticos que compunham a República Velha, estava João Pinheiro da Silva, senador, e, depois, presidente do Estado (ou seja, governador) de Minas Gerais a partir de 1906.

Já em 1890, ocupando interinamente o governo de Minas, João Pinheiro criara o *Serviço de Estatística e Levantamento da Carta Geográfica do Estado de Minas Gerais e a Comissão Geológica e Mineralógica* estadual.

No entanto, Pinheiro faleceu em 1908, quando era um virtual candidato a Presidente da República. Suas ideias, porém, foram levadas ao plano federal por outro mineiro, o presidente Afonso Pena, que, em 1907, criou o *Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* (SGMB).

No segundo império, somente em 1875 o governo, por sugestão de norte-americanos que faziam parte de uma expedição ao Brasil, estabelecera um órgão para o estudo de nossos recursos minerais, a *Comissão Geológica do Império*.

Para dirigir esse órgão, foi nomeado o geólogo norte-americano Charles Frederic Hartt, da Universidade de Cornell. Sua equipe era formada por seus alunos Orville Adelbert Derby e Ricard Rathbun, por John Casper Branner, da Universidade de Indiana, Luther Wagoner e Herbert Huntington Smith, além de Elias Fausto Pacheco Jordão, também formado em Cornell, e Francisco José de Freitas. Como fotógrafo da Comissão, foi nomeado o grande Marc Ferrez.

No ano seguinte, 1876, o imperador fundou a Escola de Minas de Ouro Preto, de onde, em 1879, sairia o, provavelmente, maior especialista em geologia brasileira da época, Luís Felipe Gonzaga de Campos.

Quando Afonso Pena, em 1907, fundou o *Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* (SGMB), o nomeado para dirigi-lo foi um dos remanescentes da equipe norte-americana que constituía a *Comissão Geológica do Império*, Orville Derby – que fora diretor da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, e, depois, diretor do *Serviço de Terras e Minas do Estado da Bahia*, onde conhecera o futuro ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de Afonso Pena, o baiano Miguel Calmon Du Pin e Almeida, que o convidou para a direção do SGMB. Naturalizado brasileiro, Derby viveria quatro décadas no Brasil, até o seu suicídio, em novembro de 1915, num hotel do Rio de Janeiro.

Continua no site